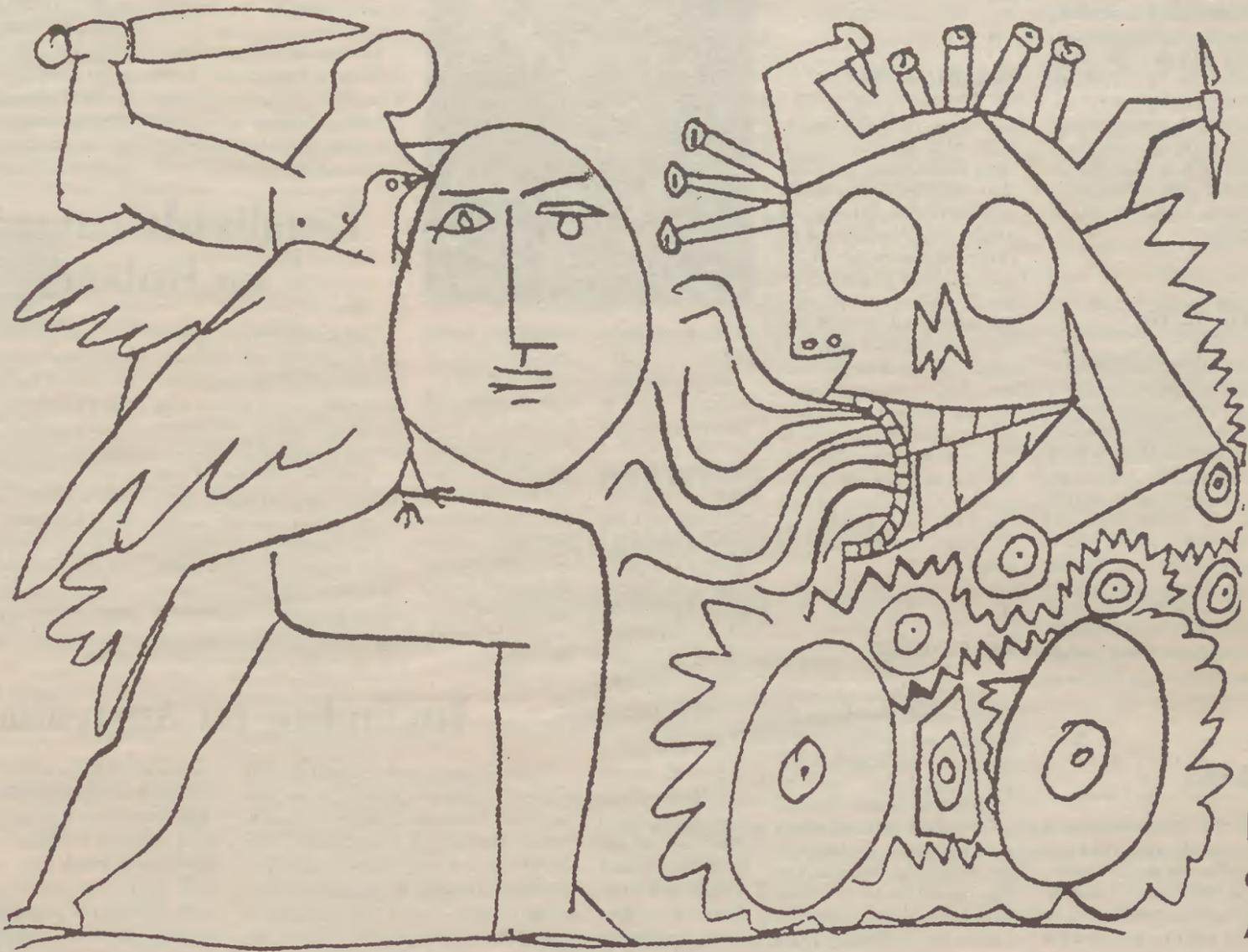


Avante!

Contra o imperialismo

A hora é de unidade e luta



Entrevista
com
**Albano
Nunes**

Págs. 12 a 15

Governo põe em causa vinculação de seis mil professores

Gestão danosa

Com a demissão do Governo, o Ministério da Educação recusa publicar os diplomas negociados com a Fenprof, alegando que tal ultrapassaria as funções de gestão. A federação convocou para dia 11 uma concentração nacional, como forma de protesto.

Pág. 5



A JCP a crescer

327 novas adesões

A campanha de recrutamento da JCP, no ensino secundário, terminou, após quase três meses de distribuições e esclarecimento. O resultado foi a adesão de 327 novos militantes.

Pág. 9

Argentina

Mais um presidente

Enquanto continuam as manifestações populares de protesto, o peronista Eduardo Duhalde foi eleito presidente, na passada terça-feira. É o quinto em 15 dias.

Pág. 11

CGTP prepara campanha

Divulgar direitos

A CGTP-IN ultima a preparação da campanha dirigida para a divulgação dos direitos dos trabalhadores. Tem início nos dias 18 e 19 deste mês, com um Encontro de Quadros.

Pág. 32

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 44,90 euros
9 000\$00
25 números: 23,00 euros
4 600\$00

EUROPA
50 números: 114,75 euros
23 000\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 164,60 euros
33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Greve geral dos carteiros

Resumo

27 Quinta-feira

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses alerta para o encerramento de unidades de saúde da sub-região de Coimbra ● A Fenprof convoca para dia 11 de Janeiro uma concentração nacional de professores em Lisboa contra a decisão governamental de suspender a vinculação de seis mil docentes em 2002 ● Os trabalhadores da Sociedade de Porcelanas de Coimbra entram em greve reivindicando o pagamento do subsídio de Natal e o salário de Dezembro ● O Conselho de Estado dá parecer favorável à dissolução da Assembleia da República.

28 Sexta-feira

O Presidente da República dissolve o Parlamento e marca eleições antecipadas para 17 de Março ● A Quercus aponta a desmatagem do Alqueva como uma das medidas ambientais negativas deste ano e o encerramento das lixeiras como uma das iniciativas positivas ● O Afeganistão exige o fim dos bombardeamentos norte-americanos ● O exército israelita levanta parcialmente o bloqueio imposto à cidade autónoma palestina de Belém, na Cisjordânia.

29 Sábado

A CDU/Porto afirma em comunicado que, face aos resultados das eleições autárquicas, na Câmara e Assembleia Municipal portuenses, «é a força política que está em condições de fazer maioria com qualquer das partes» ● O governo paquistanês ordena a proibição, com efeitos imediatos, de todas as transmissões televisivas por satélite indianas, num novo sinal do avolumar da tensão entre os dois países ● Soldados israelitas disparam gás lacrimogéneo numa manifestação de palestinianos e estrangeiros que protestavam, na cidade cisjordana de Ramallah, contra o bloqueio imposto por Israel aos territórios palestinianos.

30 Domingo

A Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da PJ alerta para a necessidade de a PSP e a GNR estarem devidamente preparadas para, em Janeiro, terem novas competências na área da investigação criminal ● Cerca de 230 pessoas morrem em Lima, no Peru, em consequência de um incêndio de grandes proporções que destruiu vários edifícios, habitações e dezenas

de automóveis ● Fidel Castro destaca, entre os combates a travar, a libertação dos cinco agentes cubanos detidos nos EUA e a luta pela paz no Mundo ● O governo interino do Afeganistão anuncia o fim do acordo para o envio de milhares de tropas integradas na Força Internacional para a Segurança e Assistência no país.

31 Segunda-feira

Dezasseis operários da LUSO-SUBER, empresa corticeira de Riomeão, em Santa Maria da Feira, passam o ano à porta da fábrica reclamando o pagamento de salários ● Os carteiros encontram-se em greve exigindo o horário contínuo de 7 horas e 48 minutos, com meia hora de pausa ● Dois soldados indianos morrem e outros cinco ficam feridos numa troca de tiros de morteiro entre as tropas da Índia e do Paquistão ocorrida na fronteira da Caxemira ● Uma centena de pessoas morrem durante os bombardeamentos da aviação dos EUA sobre a aldeia de Niaz Qala, no Leste do Afeganistão.

1 Terça-feira

O euro estreia-se para cerca de 300 milhões de cidadãos dos seguintes países: Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Portugal e Finlândia ● Entra em vigor o novo sistema de estabilização dos preços dos combustíveis que permite ao Governo aumentar as suas receitas fiscais, e aos condutores pagar menos 11 escudos por cada litro de gasolina sem chumbo 95 ● O Paquistão e a Índia reconhecem a urgência de entrar em diálogo para pôr cobro à escalada de tensão das últimas semanas ● Mais de 20 pessoas são mortas na Nigéria e várias dezenas ficam feridas num ataque levado a cabo na localidade de Dagwon Turu pela milícia de etnia Hausa-Fulani.

2 Quarta-feira

A operação «Viver 2002» regista 1520 acidentes de onde resultam 16 mortos, 59 feridos graves e 482 feridos ligeiros ● A Comissão Europeia considera um sucesso a introdução do euro nos 12 países membros que adoptaram a moeda única ● Levy Mwanawasa, do partido do governo, vence as eleições presidenciais na Zâmbia ● As tropas indianas e paquistanesas trocam tiros de morteiro e metralhadora, através da fronteira, na disputa da região de Himalayan, em Caxemira.

Aconteceu

Um ano de desafios

O Novo Ano é tempo de mensagens, pelo mundo fora. Assim, o Papa João Paulo II retomou o tema central da sua mensagem a propósito do Dia Mundial da Paz, que foi difundido no dia 11 de Dezembro: «Não há paz sem justiça, não há

rança nacional. Em relação ao Euro, o Presidente da República disse que, para «aproveitar essas vantagens, é necessário dar alento às transformações estruturais da economia portuguesa que não podem ser adiadas».



justiça sem perdão».

Nesse sentido, apelou a todos os líderes religiosos judeus, cristãos e muçulmanos para que condenem publicamente o terrorismo, negando a quantos nele participam qualquer forma de legislação religiosa ou moral». Por cá, Jorge Sampaio apelou a um debate político que «se afaste do acessório e que se agarre ao essencial». Para o Presidente da República 2002, será um ano de grandes desafios «depois das crises do ano passado». Crises de segurança internacional e de prevenção e segu-

A polícia australiana deteve quarta-feira 21 os presumíveis autores dos incêndios que assolam o país. Entretanto os milhares de bombeiros e voluntários mobilizados para a Nova Gales do Sul viram-se obrigados no mesmo dia a abandonar os trabalhos para apagar os incêndios que ameaçam Sydney para concentrar os seus esforços em proteger, uma a uma, as casas dos bairros a norte da cidade. Apesar de estarem a ser usados todos os

Incêndios na Austrália

recursos para travar a progressão das chamas, estes têm-se revelado insuficientes face às elevadas temperaturas e aos fortes ventos que se fazem sentir nos arredores de Sydney e que favorecem o avanço do fogo.

Os mais de cem incêndios, dos quais pelo menos 40 terão sido provocados, causaram a destruição de viaturas, casas e florestas, além da morte de mais de 6 mil cabeças de gado e um número indeterminado de animais selvagens.

Violência israelita

A direcção palestina denunciou o «silêncio da comunidade internacional sobre os crimes do primeiro-ministro israelita Ariel Sharon», num comunicado divulgado na passada semana.

O texto reitera o pedido desta instância, composta pelos membros do gabinete palestino e do comité da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), de envio de observado-

res internacionais para os territórios palestinianos.

«O Conselho de Segurança da ONU é chamado a assumir as suas responsabilidades depois de o povo palestino ter assumido

os seus compromissos para estabelecer a segurança», acrescenta o comunicado, numa referência ao apelo do presidente palestino, Yasser Arafat, para o fim das operações

armadas anti-israelitas e às tréguas anunciadas pelos movimentos palestinianos Hamas e Jihad Islâmica.

«O nosso povo já não pode aceitar os crimes de Sharon», prossegue a direcção palestina no seu comunicado, que sublinha as «violações israelitas» da trégua em curso dos últimos dias.

O texto menciona nomeadamente os disparos israelitas contra palestinianos na Faixa de Gaza e várias incursões de carros de combate hebraicos nesse território.



Publicidade enganosa

Num universo de 86 mensagens publicitárias, o Instituto do Consumidor detectou, na passada semana, vários casos de violação da lei, 60 delas em anúncios sobre crédito à habitação e consumo.

A maioria dos problemas detectados tem a ver com falhas de indicação das taxas de juro efectivas, ou seja, publicidade enganosa que viola os direitos do consumidor.

Os anúncios do Totta & Açores e do Banco Santander ao Cartão Euro 2000 falam em poupança quando na realidade publicitam um cartão normal de crédito; o crédito à habitação do BPI e da

Nova Rede não respeitam os princípios de dar toda a informação necessária ao consumidor. Os panfletos estão cheios de imagens atractivas mas quase nenhuma informação; o Crédito Predial Português e o Banco Português do Atlântico também aparecem na lista dos que não cumprem as regras. Nos panfletos da publicidade as condições de contrato de adesão são muito pequenas e em alguns casos quase ilegíveis.

No caso do Barelays, o Instituto do Consumidor acusa o banco de usar a publicidade como veículo para divulgar a utilização de cartões sem que tenha sido o próprio consumidor a pedi-los.

Legalizada eutanásia na Holanda

A Holanda tornou-se terça-feira o primeiro país do mundo com uma lei em vigor que permite a prática da eutanásia, ou seja, a possibilidade de um doente decidir a sua própria morte.

A nova lei vem legalizar uma prática comum na Holanda. Agora os médicos que apliquem a chamada «morte doce» não incorrem assim no risco de serem acusados de um crime. Por outro lado, ficam claras as rigorosas condições em que tal prática pode ser aplicada. Foram criados comités regionais

com especialistas de vários campos, nomeadamente os legal, médico e ético, que apreciarão com rigor o pedido de cada doente.

A lei agora em vigor exige que seja solicitada sempre uma segunda opinião para que o alegado sofrimento do doente terminal seja confirmado e sustentado em termos médicos. Só nos casos em que persistem dúvidas ao nível dos comités regionais de especialistas é que o caso será remediado pelo Ministério Público.



Crónica Internacional

• Ângelo Alves

Um novo ano de luta

Chegou o novo ano. Os discursos de paz e felicidade para todos estiveram presentes nas mensagens oficiais de ano novo. No entanto, a realidade e o balanço de 2001 é prova factual da hipocrisia que caracteriza os discursos de muitos dirigentes políticos, militares e religiosos.

2001 termina com as bombas dos EUA a serem lançadas no Afeganistão. Seja nas salas da Casa Branca ou nos corredores do Pentágono, decide-se qual o próximo país a ser alvo dos bombardeamentos «antiterrorismo». Pode ser a Somália, ou o Iraque, ou... ou quem a administração norte-americana entender.

O Mundo não se tornou mais seguro em 2001, pelo contrário. A situação no Médio Oriente e no continente asiático é disso prova. O PCP alertou em devido tempo que a escalada de guerra liderada pelos EUA arrastaria consigo mais violência. Tal não só se provou ser verdade (vejamos as crescentes tensões entre Índia e Paquistão) como fica claro que através da utilização de sentimentos naturais de repulsa e condenação dos atentados de 11 de Setembro se tenta desestabilizar outras zonas do globo ou se tenta dar mais força a falcões como Sharon que «a boleia» da situação insistem em meter no saco dos «perigosos terroristas» movimentos de resistência e libertação nacional.

2001 fica marcado com a tomada de posse de George W. Bush e da sua administração, qual embaixada dos interesses da indústria petrolífera e militar norte-americana. Os tempos que se sucederam à sua tomada de posse demonstraram o teor das suas políticas: novos e mais intensos bombardeamentos ao Iraque, acentuar das pressões a países como Cuba e China, avanço no louco projecto NMD (a versão actualizada e revista da Guerra das Estrelas), o avanço na intenção de rasgar o tratado ABM (Anti-Mísseis Balísticos), postura de confronto com a ONU e com os tratados e cimeiras internacionais.

2001 também foi um ano de luta

Tal política teve até 11 de Setembro um efeito algo inesperado para os EUA. Vozes levantavam-se contra esta postura. A não eleição dos EUA para a Comissão de Direitos Humanos da ONU foi a face mais visível do crescente isolamento.

Depois de 11 de Setembro tudo mudou. Bush, utilizando o sentimento de consternação geral, sacudiu a pressão e passou ao ataque atrelando atrás de si uma panóplia de fiéis seguidores do «mundo civilizado». Hoje discute-se se a tortura vai ou não ser utilizada e não se discute a legitimidade em declarar guerra a conjuntos de países. Hoje, é o uso indiscriminado e banalizado da força e do poderio militar dos EUA, o intervencionismo, o desrespeito pela ONU e pelo direito internacional que marcam a actualidade. O mundo tornou-se mesmo mais perigoso.

Mas se o mundo está mais perigoso é importante não esquecer que 2001 também foi um ano de luta. Foi o ano de lutas dos trabalhadores, agricultores, jovens, mulheres, etc. pelos seus direitos, com importantes jornadas de luta um pouco por todo o mundo. Foi o ano de importantes mobilizações pela paz, contra o militarismo. Foi o ano de Génova, que apesar das dificuldades e da violência perpetrada pelas autoridades italianas juntou mais de 300 000 que gritaram alto contra a «globalização» imperialista. Foi o ano do 1.º Fórum Social Mundial, que apesar de encerrar em si indefinições e contradições várias constituiu um importante ponto de encontro daqueles que não se revêem nas teses neoliberais dominantes. Foi ainda o ano da vitória do povo de Timor Leste que, avançando corajosamente no processo de independência, depositou nas mãos da

FRETHLIN a confiança para conduzir os seus destinos em mais esta difícil e complexa etapa.

O mundo não mudou para melhor. Todos os dias mais de mil milhões de pessoas perguntam-se se terão algo para comer. Todos os dias morrem de doenças evitáveis dezenas de milhar de crianças. Todos os dias há milhões e milhões que não têm trabalho para sobreviver.

Os responsáveis por esta situação, esses... continuam surdos a enviar mensagens de ano novo que falam de paz e de justiça ao mesmo tempo que fazem levantar F16 ou B52 carregados de bombas que irão ser lançadas sobre as cabeças de mais um povo inocente.

Quanto a nós, comunistas portugueses, temos a consciência que a evolução da situação internacional cada vez mais evidencia a necessidade de nos mantermos firmes nos nossos postos de combate, fortalecendo no nosso país a força política capaz de combater e aglutinar vontades contra aqueles que no nosso país representam os interesses do imperialismo.

Em 2002 a luta vai continuar!

Editorial

DUETO ELEITORALISTA

«Portugal pode ser tão bom ou melhor que outros países europeus»: eis uma afirmação que, há vários anos, integra o dueto eleitoralista travado entre o PSD e o PS, quando cada um destes partidos não está no Governo e faz de conta que é oposição à política praticada pelo outro. Desta vez ela foi produzida por Durão Barroso e vale tanto quanto valeu em qualquer situação anterior, nomeadamente na altura em que, há seis anos, foi produzida por António Guterres.

Da mesma forma, quando Durão Barroso diz que «2002 será o ano de mudança», está a repetir o que outros líderes do PSD ou do PS afirmaram em circunstâncias idênticas. E sabe, tão bem como o sabiam os seus antecessores, que a «mudança» a que se refere e que deseja é, tão somente, a substituição das pessoas que, no Governo, têm em cada momento a tarefa de bem aplicar a política de direita.

Também e ainda, ao «transmitir aos portugueses uma palavra de tranquilidade e esperança», o actual líder do PSD nada acrescenta à «tranquilidade» e à «esperança» solenemente «transmitidas» em 1995 pelo então líder do PS.

“A maioria absoluta tem sido sempre a obsessão dos executantes da política de direita”

Trata-se de conversa eleitoralista, de paleio com o qual os protagonistas da política de direita procuram iludir o eleitorado e assegurar o ciclo alternante que lhes tem permitido levar à prática, no essencial, a mesma política, fingindo que defendem e praticam políticas diferentes.

Na verdade, sabem todos eles – isto é, os que têm praticado e querem continuar a praticar tal política – que Portugal não só não é o «oásis» nem o «paraíso» da União Europeia, como, pelo contrário, se situa nos últimos lugares em todas as áreas – salvo em matéria de subserviência e sujeição aos ditames dos grandes e dos poderosos, em que ocupa o topo da tabela.

Na verdade, sabem todos eles, igualmente, que a «mudança» que a política que defendem nos trará em 2002, é a «contenção salarial», ou seja, a continuação do apertar do cinto para quem trabalha e vive do seu trabalho e o aumento dos benefícios para quem vive à custa de quem trabalha.

Na verdade, sabem todos eles, ainda, que a «tranquilidade» e a «esperança» que prometeram e prometem significam a prossecução da política de direita com toda a sua carga de inquietude e desesperança para a maioria dos portugueses.

Na verdade, sabem todos eles, finalmente, que apresentando-se como alternativa uns dos outros, viciam as regras do jogo democrático e transformam o debate político e eleitoral numa farsa

monumental – bem reveladora, aliás, do profundo desrespeito com que tratam o eleitorado e dos tratos de polé a que sujeitam o conteúdo democrático do regime em que vivemos.

Outra mistificação a que, neste tempo de eleições, recorrem todos os partidos defensores da política de direita (bem acolhidos pela comunicação social dominante, toda ela ao serviço dessa política) é a de apresentarem as eleições para a Assembleia da República como se se tratasse da eleição do Primeiro-Ministro. Com isto pretendem, por um lado, levar o eleitorado a ignorar, no momento do voto, que o que conta são as maiorias que se formam na AR; por outro lado, dar força à pretensão da maioria absoluta – tema recorrente em tempo de eleições.

A maioria absoluta tem sido sempre a obsessão de todos os executantes da política de direita e, como não podia deixar de ser, é-o mais uma vez neste caso. Ferro Rodrigues – o líder eleito antes de o ser – estende-lhe as mãos ávidas, gémeas das mãos sôfregas com as quais António Guterres quis apertar Portugal em anterior campanha eleitoral (e sobre a natureza do pretendido apertado, a experiência do poder absoluto nas mãos de Cavaco Silva foi por demais elucidativa...).

A obsessão pela maioria absoluta é, regra geral, indiciadora das intenções e dos objectivos de quem por ela anseia. E, como se sabe, a política de direita, pelo seu conteúdo e pelas consequências que dela decorrem, precisa da maioria absoluta como do pão para a boca. Com efeito, levar por diante uma política que tem como principais beneficiários os detentores dos grandes grupos económicos e financeiros (a minoria), significa fazer recair sobre os trabalhadores, os pequenos empresários, os jovens (a maioria), o essencial das consequências gravosas dessa política. E um governo que governa contra os interesses da maioria, tem a sua tarefa consideravelmente facilitada se dispuser do poder absoluto – que lhe dá a possibilidade de, legalmente, impor a vontade da minoria.

As eleições de 17 de Março são uma consequência do fracasso da política de direita e surgem na sequência da recente derrota eleitoral do PS. Nestas circunstâncias poderá haver quem estranhe a intenção expressa por Ferro Rodrigues de, caso o PS seja o partido mais votado, prosseguir, no essencial, a mesma política. Todavia, à luz da prática governativa do PS, tal estranheza não tem razão de ser. O PS, enquanto governo, tem, infelizmente, servido os mesmos interesses que os vários governos do PSD sempre serviram. Com a dupla agravante de, levando à prática, no fundamental, uma política de direita, o fazer em nome da esquerda (que, assim, é desacreditada) e de, simultaneamente, abrir as portas ao reforço eleitoral dos partidos da direita.

Ora, mostra a realidade que as únicas medidas com marca de esquerda (e que, por isso, serviram os interesses da maioria dos portugueses) aprovadas no mandato que agora finda, foram-no por efeito decisivo da intervenção do PCP. E, no futuro, medidas de semelhante conteúdo serão tanto mais possíveis quanto mais forte for a votação na CDU em 17 de Março.

Continuar a luta é a decisão dos professores contratados, que vai ficar expressa novamente na próxima sexta-feira, em Lisboa, prosseguindo um combate justo por melhores condições de trabalho e melhor ensino em Portugal



• Domingos Mealha
texto

• Jorge Caria
fotos

Governo põe em causa vinculação de seis mil professores

Gestão danosa

Com a demissão do Governo, o Ministério da Educação recusa publicar os diplomas negociados com a Fenprof, alegando que tal ultrapassaria as funções de gestão. A federação convocou para dia 11 uma concentração nacional, como forma de protesto, lembrando que a norma excepcional de vinculação dos contratados foi acordada em Junho.

A luta pela estabilidade de emprego de milhares de docentes prolonga-se, com forte expressão pública, desde há mais de três anos. Em Maio de 1998 e, sobretudo, no final de 1999 e início de 2000, depois de anos e anos a trabalharem por contratos — que eram conseguidos após uma penosa fase de mini-concurso, a andarem de escola em escola à procura de vaga, para serem despedidos no Verão seguinte, sem sequer terem direito ao subsídio de desemprego —, os professores e educadores contratados, organizados nos sindicatos da Fenprof, trouxeram o seu protesto para as ruas. Estimava-se que o problema atingia, na altura, cerca de 20 mil docentes.

Acordo em Junho

Em 24 de Maio de 2000 foi assinado, pelo Ministério da Educação e a Fenprof, um protocolo de acordo, intitulado «Garantir a estabilidade e a qualidade do funcionamento das escolas, criar condições para um melhor desempenho profissional dos docentes».

Mais de um ano depois, a 11 de Junho passado, foi subscrita uma declaração conjunta do Ministério e da federação, contemplando compromissos do Governo para apresentação de projectos legislativos, relativos a uma série de matérias, para negociação com as estruturas

sindicais. Entre estas estava o regime de quadros, concursos e colocação de docentes.

Mantendo ainda diversos pontos em aberto para negociação, os representantes do ME e da Fenprof chegaram a acordo quanto a algumas grandes linhas que permitiriam avançar na estabilização do vínculo dos professores com as escolas. Concordearam, nomeadamente, que «serão vinculados em lugares de quadro a criar para o efeito, os professores portadores de habilitação profissional com **quatro anos de serviço** completos e que tenham **leccionado em 1999/2000 e 2000/2001**», no primeiro concurso a realizar segundo o novo regime, e que «para efeitos de vinculação excepcional, incluem-se neste ponto os professores com o curso de qualificação em Ciências da Educação da Universidade Aberta, de acordo com o projecto de despacho entregue à Fenprof», e «os docentes portadores de habilitação própria, de acordo com os critérios a negociar».

A poucos dias do Natal, o ME comunicou aos representantes sindicais que, devido à demissão do Primeiro-Ministro e ao facto de o Governo entrar em funções de *gestão corrente*, não iria tomar quaisquer medidas para resolver o problema dos professores contratados, alguns dos quais vivem em instabilidade há mais de dez anos. O ministro Augusto Santos Silva disse à

Lusa que o Ministério parou todos os diplomas que estavam a ser negociados com os parceiros e garantiu que não serão tomadas decisões. A agência recorda que as negociações técnicas com os sindicatos sobre o novo regime de concursos de docentes estão na fase final e o novo modelo deveria ser aplicado já em meados de Janeiro, mas para tal seria necessária a publicação de um decreto-lei, que iria possibilitar a vinculação de cerca de 6 mil professores.

A concentração terá lugar na quinta-feira, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro

Protesto justo

Esta é uma situação que a Fenprof considera de grande injustiça, uma vez que as negociações e o acordo de princípio ocorreram quando o

Governo estava em plenas funções, pelo que não se justifica adiar o acto jurídico de publicação dos diplomas, designadamente sobre quadros e concursos e sobre a vinculação extraordinária, como disse António Avelãs, do secretariado nacional da federação, ao *Avante!*. De acordo com as decisões tomadas na última reunião daquele organismo, caso surgissem objecções legais à publicação, deveria ser salvaguardada a parte relativa à vinculação extraordinária.

Nesse sentido vai o protesto do Sindicato dos Professores da Região Centro. No comunicado que o SPRC/Fenprof divulgou na semana passada, recorda-se que «esta vinculação excepcional foi acordada entre o

ME e a Fenprof em 11 de Junho de 2001, na sequência de um duro processo de luta assumido pelos professores», e «fez parte do conteúdo do diploma legal a publicar para alteração do actual regime de concursos, sendo uma das (poucas) matérias em relação às quais foi possível chegar a acordo». O SPRC não aceita «as razões por que o Governo ainda em funções se recusa a publicar um diploma legal contendo apenas aquela norma excepcional de vinculação», tanto mais que «a publicação da **norma excepcional de vinculação** não provocaria qualquer alteração de regime aos actuais concursos, tem previsão orçamental no OE já aprovado para 2002, está politicamente legitimada pelo consenso entre o ME e a Fenprof, apenas integrará nos quadros docentes que

serão necessários para o normal funcionamento das escolas e que, assim, apesar do seu tempo de serviço, continuarão contratados a prazo».

A posição da Fenprof foi dada a conhecer ao Presidente da República, a quem a federação manifestou disponibilidade para abordar o problema, numa reunião que deveria realizar-se com urgência.

Também o departamento do **Ensino Superior** da Fenprof expressou o seu protesto contra o «congelamento dos compromissos assumidos» pelo Governo perante a Plataforma Reivindicativa Comum, contrariando as exigências da federação e dos milhares de docentes que subscreveram um abaixo-assinado, entregue a 20 de Dezembro nos gabinetes da Avenida 5 de Outubro.



Acidente ou crime?

«Porque é que é considerado crime punível com pena de prisão até três anos, conduzir veículo violando as regras de circulação, e não tem sido considerado crime manter alguém a trabalhar violando de forma grosseira as regras de segurança?» - esta a pergunta colocada pela Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), face à morte de mais dez trabalhadores «quando estavam a ganhar a vida trabalhando».

Em comunicado de imprensa, a associação lembra que, no que se refere ao número de acidentes de trabalho, Portugal «detém a triste liderança dos países europeus, sendo de 8 por cento o número de trabalhadores acidentados, enquanto a média europeia se situa nos 4 por cento».

Uma «triste liderança», que a ANDST considera reflectir «o pouco respeito que, ao longo dos anos, o Governo tem demonstrado pelos mais elementares direitos dos trabalhadores».

A associação questiona sobre os interesses que se pretende resguardar «quando se deixa interiorizar a convicção de que não é crime, o facto de a morte dos trabalhadores se dever à falta de segurança no local de trabalho» e denuncia a indiferença que tem vindo a ser demonstrada pelos tribunais.

No comunicado sublinha-se que, se o Governo não se tivesse divorciado da sua obrigação de preservar a saúde e vida dos trabalhadores e punido os prevaricadores, certamente muitas mortes teriam sido evitadas.



A Ponte 25 de Abril é a única alternativa para os habitantes da margem sul

Portagens e electricidade mais caras somam-se a outras subidas de preços

Novo ano, novos aumentos

O novo ano nasceu com a economia e o quotidiano marcados pela nova moeda, o euro. E por novos aumentos. Uma única descida de preços - o da gasolina. Largamente «compensado» por subidas múltiplas, do simples café à electricidade, passando pelas portagens.

O preço da gasolina desceu, a partir de dia 1 de Janeiro. Uma quebra de onze escudos, a que corresponde uma redução de cerca de seis por cento. O gasóleo não deverá ver o seu preço alterado. Esta descida do preço da gasolina reflecte o início de um novo sistema de cálculo dos preços de combustíveis, que passam a ser ajustados mensalmente e quando for ultrapassada a margem de flutuação agora introduzida.

Mas esta parece ser a única boa notícia para a economia das famílias. As subidas generalizadas de preços foram sentidas de imediato com os «arredondamentos» e outros aumentos que vieram «à boleia».

Simultaneamente, é anunciada, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico

(ERSE), a subida das tarifas de venda de energia eléctrica, em 2,4 por cento para os clientes residenciais (que somos - quase - todos nós) e entre 1,4 e 2,4 por cento para os clientes empresariais.

A tarifa de energia e potência, por seu lado, aumenta 8,5 por cento em relação a 2001, devido, segundo a ERSE, ao desvio dos preços dos combustíveis no ano 2000, cujo ajustamento se repercute nas tarifas de 2002.

Outro aumento - particularmente significativo e pesado - é o das portagens.

As portagens das auto-estradas portuguesas, com destaque para as da Ponte 25 de Abril, na A2, aumentaram no primeiro dia de Janeiro. Um aumento coincidente com a entrada em vigor do euro.

Na Ponte 25 de Abril, os veículos de classe 1 (ligeiros) aumentaram de 150 escudos para um euro (200 escudos), os da classe 2 de

370 escudos para 2,55 euros (511 escudos), os da classe 3 de 550 escudos para 3,75 euros (752 escudos) e os da classe 4 de 720 escudos para 4,85 euros (972 escudos).

Nas portagens da Ponte Vasco da Gama, que também pertencem à concessão da Lusoponte, o aumento dos preços foi mais baixo. Os da classe 1 passam de 340 escudos para 1,75 euros (350 escudos), os da classe 2 de 840 escudos para 4,3 euros (862 escudos), os da classe 3 de 1270 escudos para 6,45 euros (1293 escudos) e os da classe 4 de 1640 escudos para 8,4 euros (1684 escudos).

A Auto-Estradas do Atlântico, que explora a rede de auto-estradas do Oeste, A8 (Loures/CREL-Marinha Grande/Leiria) e A5 (Caldas da Rainha-Rio Maior-Santarém), optou por alterar o tarifário de alguns lanços.

Importa ainda relembrar o recente aumento de medicamentos - de cerca de 2,5 por cento -, em consequência de um acordo assinado no início de Outubro entre a tutela e a indústria farmacêutica.

Associação protesta

A Associação Democrática de Utentes da Ponte 25 de Abril (ADUP) pretende avançar com uma acção de

protesto contra os aumentos «imorais e injustos» na Ponte 25 de Abril. A contestação verificada, em 1994, numa altura em que o Governo de Cavaco Silva se preparava para o aumento das portagens poderá voltar a repetir-se ainda durante este mês de Janeiro.

Em carta aberta ao ministro Ferro Rodrigues, a ADUP avança com várias questões, desde o facto de a ponte já estar paga há muitos anos, à não existência de qualquer alternativa gratuita, em termos de transportes, para os residentes da margem sul, nas suas deslocações diárias para o trabalho ou para a escola, ou ainda o financiamento da Ponte Vasco da Gama com a portagem da 25 de Abril.

E a ADUP pergunta. «É ou não é verdade que, assim sendo, a portagem é fiscal, social e politicamente iníqua, ilegítima e configura uma clara discriminação negativa de um conjunto de cidadãos - os utentes - relativamente a todos os outros?»

A Associação de Utentes exige a suspensão de qualquer aumento e afirma o seu empenhamento «para assegurar por todos os meios ao seu dispor que a sua dignidade e direito à igualdade venham a ser respeitados».



Portugal é o país da Europa com mais acidentes de trabalho

Enfermeiros lançam alerta

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) lançou um alerta para o eventual encerramento de unidades de saúde na Sub-Região de Coimbra, com o fim de todos os horários acrescidos atribuídos aos enfermeiros, uma medida que entrou em vigor dia 1 de Janeiro. Uma medida que o SEP considera estar relacionada com a existência de «graves restrições orçamentais».

Vale a pena lembrar aqui que, segundo um estudo desenvolvido no primeiro semestre deste ano pela Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravana, o número de enfermeiros de cuidados gerais é insuficiente, havendo profissionais em regime de horário acrescido,

com horas extraordinárias e até duplo horário.

Das 300 entidades empregadoras de enfermeiros em todo o país, 84 por cento considerou insuficiente o número de enfermeiros. Entre os principais factores explicativos da carência de enfermeiros de cuidados gerais, as entidades empregadoras apontam «o insuficiente número de enfermeiros formados anualmente, a inadequação do plano estratégico nacional, a abertura de novos serviços de saúde e a dotação insuficiente do quadro de pessoal».

Segundo os autores do estudo, os resultados denunciam «a falta de enfermeiros no país e explicam o recurso a enfermeiros estrangeiros».

Julgamento da Maia no «El País»

O apoio mundial às mulheres do julgamento da Maia, resultante de uma iniciativa lançada pela eurodeputada comunista Ilda Figueiredo foi notícia de destaque na edição de sábado passado do diário espanhol «El País».

No quadro desta iniciativa foi reunido o apoio de mais de 800 políticos, intelectuais e artistas de todo o mundo para

a absolvição das 17 mulheres portuguesas acusadas por «delito» de aborto numa clínica clandestina.

Estas mulheres poderão ser condenadas no final de Janeiro, na Maia, com penas até três anos de prisão.

O movimento de solidariedade internacional com as «mulheres da Maia» foi posto em marcha no final de Novembro em colaboração

com a plataforma portuguesa «Direito de Optar» que reúne diversas associações nacionais.

Ilda Figueiredo iniciou a campanha no parlamento Europeu, onde obteve o apoio de 60 eurodeputados de todos os quadrantes políticos, e estendeu-se depois à América Latina, África, América do Norte e Austrália.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS Ruptura impõe-se

Após tomar conhecimento da decisão presidencial de dissolver o parlamento e marcar as eleições para 17 de Março, o PCP – por intermédio de Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central – afirmou à comunicação social, e nomeadamente à Agência Lusa, que das eleições legislativas antecipadas deve sair um governo que opere uma «ruptura com as políticas que têm sido seguidas, para dar um novo rumo a Portugal». O dirigente comunista referiu ainda que a ruptura necessária com as políticas seguidas ao longo de dez anos pelo PSD e de seis anos pelo PS, não está assegurada pelo candidato a secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, como o próprio candidato deixa entender pelas suas intervenções. Para este dirigente do PCP, só o reforço da CDU nas próximas eleições «dará um contributo para um novo rumo do País, para uma política de esquerda».

SANTA MARIA DA FEIRA Ilda Figueiredo com trabalhadores da Lusosuber

A eurodeputada do PCP Ilda Figueiredo desloca-se hoje à Lusosuber, empresa corticeira da localidade de Rio Meão, para se inteirar da situação dos trabalhadores que se encontram em luta há vários dias e para manifestar a solidariedade do Partido, à semelhança do que foi feito no passado domingo por uma delegação do PCP, na qual participou Manuela Silva, do Comité Central. Esta situação começou, conta o comunicado da Comissão Concelhia local do Partido, quando o patrão da empresa reuniu os trabalhadores e estabeleceu com eles um acordo, segundo o qual ficariam sem laborar durante algum tempo, não especificado, sem perda de quaisquer direitos. Não tendo cumprido a sua promessa, o empresário não pagou os salários, o que já provocou «problemas graves em algumas famílias». A 28 de Dezembro, os trabalhadores bloquearam o acesso à empresa, impedindo a saída de qualquer material, pois tudo indica que o patrão se prepara para vender a empresa. O PCP estranha o silêncio do Governo sobre a matéria e reclama uma rápida intervenção para que os direitos destes trabalhadores sejam defendidos.

SETÚBAL Novo executivo a sete de Janeiro

O novo executivo da Câmara Municipal de Setúbal tomará posse no dia 7 de Janeiro pelas 18.30 horas, avançou à Agência Lusa fonte da Assembleia Municipal da cidade. O novo executivo, liderado pelo até então presidente da Câmara de Palmela, Carlos Sousa, foi eleito a 16 de Dezembro e será composto por seis vereadores da CDU, contra dois do PS – que deteve a presidência do município durante 16 anos – e um do PSD. A coligação averbrou, para a Câmara Municipal, mais de 52 por centos dos votos, contra apenas 23 dos socialistas, tendo conquistado igualmente a maioria absoluta na Assembleia Municipal, órgão que passará a ser presidido pela deputada comunista Odete Santos. Das oito freguesias do concelho, a CDU conquistou a presidência de todas elas, tendo, em algumas delas, passado de terceira para primeira força política.

Os equívocos de Ferro Rodrigues

No acto de lançamento da sua candidatura a secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, ao contrário do que seria de esperar de quem esteve no Governo nestes últimos seis anos, não assumiu as suas responsabilidades na situação de crise económica em que o País mergulhou, nem assumiu a ruptura com as políticas de direita que têm estado no epicentro da crise.



Jorge Pires
Membro
da Comissão
Política

Falou na possibilidade de alianças à esquerda e à direita e, numa manifestação de grande incoerência – e com a falta de ética que tem caracterizado a intervenção dos dirigentes do PS – e numa clara ingerência na vida interna de outro partido, afirmou que acordos com o PCP só se este «mudar».

Começou mal o Dr. Ferro Rodrigues, que apesar de ser apresentado como o Robin Wood dos governos de Guterres, e numa clara tentativa de conquistar uma parte do eleitorado à esquerda, não conseguiu disfarçar os seus compromissos com a política de direita, que tem vindo a aumentar o fosso entre os mais pobres e os mais

ricos. Já agora, e porque afirmou ir fazer uma política de verdade, então diga quem foi o primeiro partido a apresentar uma proposta de Lei do Rendimento Mínimo Garantido contra a qual o PS votou, ou qual teria sido a Reforma da Segurança Social, não fosse a intervenção do PCP?

Ferro Rodrigues finge esquecer que o PCP, ao longo dos seus mais de oitenta anos de existência, nunca orientou a sua vida interna e a sua intervenção política, a partir de sugestões e recados vindos do exterior do Partido. No PCP, os seus quadros e os seus militantes sempre souberam, no interior do Partido, encontrar as soluções mais adequadas às necessidades

da sua intervenção, de acordo com os objectivos políticos que se propõem alcançar. Teria sido bem mais interessante ouvir o que Ferro Rodrigues tem a dizer sobre o PS e as políticas que tem invariavelmente concretizado nos mais variados patamares do poder.

“Ferro Rodrigues não disfarça compromissos com a política de direita”

Com um pouco mais de humildade, Ferro Rodrigues reconheceria que saiu duma significativa derrota política e eleitoral com o conseqüente reforço autárquico da direita e que o seu partido, onde assume grandes responsabilidades de direcção, é o grande responsável.

Não deixa igualmente de ser significativo que o candidato faça estas afirmações, uns dias depois de concluído um processo eleitoral que ficou marcado nas zonas de maior influência eleitoral do PCP, por uma campanha da parte do PS, sustentada num feroz anticomunismo, a fazer lembrar o ano de 1975 em algumas regiões do País.

Falta de ética e alternativa

Foi confrangedora a falta de ética política de dirigentes e governantes, que em Lisboa consideravam os comunistas como um parceiro importante, capaz de protagonizar um projecto conjunto de desenvolvimento e modernização para a capital do País, gente honesta e competente e passado algumas horas, atravessando o rio, o PCP e os seus candidatos transformavam-se, na boca dos mesmos dirigentes e governantes, numa espécie de bando de malfeitores. Tudo isto numa campanha indecorosa de calúnias e mentiras, como as pinturas nas paredes mandadas executar por gente do PS, com frases como «comunas fora do Barreiro», em faixas que diziam «os comunistas podem não comer criancinhas, mas destruíram o Barreiro», ou ainda entre muitas outras, a história falsa da bandeira da União Soviética no mastro da Câmara de Setúbal, no tempo da Comissão Administrativa.

Por muito que agora venham dizer, como já está a acontecer, que se tratou de excessos de linguagem eleitoral ou que foram sectores mais conservadores dentro do PS que protagonizaram este discurso, não podem apagar e muito menos fazer esquecer as conseqüências, sobretudo no plano pessoal, para muitos candidatos da CDU, porque nesta cruzada anti-comunista estiveram todos activos e unidos, guterristas, sampaistas, gamistas, soaristas.

O grande equívoco do futuro secretário-geral do PS, é que ainda não percebeu que no PCP somos nós que definimos a nossa política de alianças e os acordos pontuais que verificarmos serem necessários, tal como tem acontecido até aqui e que pode ser confirmado na legislatura que está a terminar.

O que nos move na nossa intervenção de todos os dias, são os interesses do nosso Povo e do País, hoje mergulhado numa profunda crise económica, fruto da mesma política seguida em alternância por PS e PSD nos aspectos essenciais. O que o País precisa é de romper com esta alternância e encontrar um novo rumo, que passa por uma ruptura com a política de direita que o PS tem vindo a implementar e de que, pelos vistos, não quer abdicar. O PCP tem uma proposta alternativa, uma verdadeira alternativa de esquerda que é inconciliável com o «guterrismo» mesmo sem Guterres.



Anúncio de «purgas» sem fundamento «Expresso» especula propositadamente

Face a referências feitas na passada edição do «Expresso» sobre o PCP, o Gabinete de Imprensa emitiu um comunicado no próprio dia 29, data da edição do semanário, onde é salientado o seguinte:

«1. O anúncio de “purgas” e expulsões iminentes no PCP feito hoje pelo “Expresso” (tal como aconteceu com outras anunciadas por este semanário há um ano) não tem fundamento e corresponde assim a uma pura especulação propositadamente lançada para criar perturbação e fomentar crispções no momento em que o PCP se prepara para uma decisiva batalha eleitoral.

«2. Não serão declarações nem atitudes de membros do Partido, que profundamente se lamentam, nem especulações, falsificações e manobras de diversão subsequentes que afastarão o colectivo partidário de uma serena e determinada preparação das eleições legislativas de 17 de Março.

«3. No seguimento da reunião do Comité Central de 18 de Dezembro, e com vista à mobilização da indispensável contribuição da opinião dos membros do Partido, vai prosseguir a realização de reuniões e plenários em todo o País para debater a situação e preparar a intervenção futura.

E vai prosseguir igualmente, por parte do PCP, a elaboração do projecto e propostas políticas que os trabalhadores, o povo e o País precisam, e que constituem a base política para o reforço do apoio ao PCP e à CDU e o caminho alternativo a 10 anos de governos do PSD e a seis anos de governos do PS, protagonistas de uma política no essencial idêntica e cujo fracasso está à vista.»

Aeroporto de Beja Governo contra todos

Em nota à comunicação social, a Direcção Regional de Beja do PCP critica o facto de o PS e o Governo demissionário terem imposto, em reunião do Conselho Geral da Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja (EDAB), a escolha de uma nova administração para a empresa.

A decisão «foi adoptada contra a opinião dos municípios, que detêm 30 por cento do capital, e dos empresários da região, representados pelo NERBE», sendo que, segundo o PCP, o perfil das pessoas indicadas – cuja «boa vontade» não põe em causa – «nada tem a ver com a natureza e os objectivos da EDAB».

Ao mesmo tempo, os comunistas denunciam o facto de

os representantes do Governo PS terem recusado outros nomes de técnicos de comprovada capacidade para as funções em questão, numa atitude já habitual de «deitar por terra o seu discurso de diálogo» e «desprezar a opinião dos municípios e dos empresários da região», desta forma atrasando ou mesmo inviabilizando o adequado aproveitamento do projecto do Aeroporto de Beja.

A DORBE condena, pois, esta instrumentalização da EDAB pelo Governo que, em vez disso, devia era «entregar à empresa os 800 mil contos previstos para 2001» e possibilitar o avanço do Aeroporto de Beja, «projecto fundamental para o desenvolvimento da região».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Heliodoro da Costa Pereira

Faleceu recentemente o camarada Heliodoro da Costa Pereira. Membro do Partido desde 1978, foi fundador da Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras, tendo sido várias vezes candidato nas listas da CDU à Assembleia de Freguesia.

Foi dirigente da cooperativa dos trabalhadores da Fábrica da Pólvora e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barcarena.

Mariana Rosa Guerreiro

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 22 de Dezembro a camarada Mariana Rosa Guerreiro, de 76 anos, natural de São Salvador, concelho de Beja.

Residente no Bairro da Covina, onde era muito estimada, estava organizada em Santa Iria da Azóia



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Seguindo a orientação do Comité Central, prosseguem as avaliações aos resultados eleitorais nas várias organizações do Partido

Aprofundar a análise Construir a alternativa

Continuam por todo o Partido as reuniões de organismos e de militantes para que se avaliem mais detalhadamente os resultados eleitorais das eleições autárquicas de Dezembro último. Este trabalho prosseguirá durante a próxima semana.

O Executivo da Direcção da Organização Regional de Aveiro, numa primeira análise realizada, lembrou que a CDU do distrito, que havia definido como objectivos concorrer a todas as câmaras e assembleias municipais e a mais de 50 por cento das assembleias de freguesia, concretizou esses objectivos, tendo sido a única força que concorreu isoladamente a todos os órgãos municipais.

Quanto aos outros objectivos, não foram cumpridos, já

mandatos em assembleias de freguesia. De destacar é, ainda, a recuperação do eleito em Ovar.

Face aos resultados, marcados pelas descidas do PS e do CDS-PP, o Executivo da DORAV – que lembrou que, neste caso, não há leituras únicas – considera que estes resultados não são negativos, destacando os valores obtidos nos concelhos de Ovar, Aveiro e Águeda, «que correspondem a um claro reconhecimento por parte das populações des-

Em certas zonas do País, a CDU alcançou resultados animadores

caído várias maiorias absolutas – incluindo Câmara e Assembleia Municipal –, e subsistindo maioria relativa em sete das quinze freguesias. «Em todos estes órgãos, é a CDU a força política que está em condições de fazer maioria com qualquer das partes», afirma a coordenadora, que já assumiu terem sido os eleitos da CDU contactados no sentido de «poderem vir a viabilizar soluções maioritárias que confiram estabilidade aos órgãos autárquicos». Consciente de que os «interesses das populações estarão mais defendidos quanto maior for a representatividade e a capacidade de intervenção dos seus eleitos», a CDU avançará para esses contactos «com toda a abertura». «Porém, sempre que nos sejam propostas

PS e PSD e não dispendo a CDU dos meios financeiros que estas candidaturas ostentaram, o PCP considera positivos os resultados obtidos, embora fiquem aquém das perspectivas que o desenvolvimento do nosso trabalho e da campanha deixavam pre-

ver». A concelha destaca que, no geral do concelho, a CDU aumenta a sua votação em termos de votos absolutos, de percentagem, de mandatos e «afirma-se claramente como a terceira força política concelha», alcançando 284 votos (3,8 por cento) para a Câmara, 690 votos (9,3 por cento) para a Assembleia Municipal e 855 votos (11,5 por cento) no conjunto das dez assembleias de freguesia.

A concelha local realçou ainda o reforço obtido na



Seguindo o apelo do Comité Central, as organizações do Partido têm-se desdobrado em reuniões e plenários com os objectivos de prosseguir a análise aos resultados e preparar as próximas batalhas

que a CDU não almejou aumentar o número de votos e de eleitos municipais. Porém, a DORAV destaca que «não obstante não termos atingido o objectivo de eleger vereadores, importa sublinhar que a CDU, no total do distrito, aumentou cerca de 800 votos para as assembleias municipais e de freguesia, e cerca de 200 votos para as câmaras municipais» e que conseguiu ainda conquistar mais dois

tes concelhos, do trabalho realizado pela CDU nos últimos anos em defesa dos interesses e aspirações das populações».

Porto

No Porto, a Coordenadora Concelhia da CDU considera que os resultados das eleições alteraram de modo significativo a composição de vários órgãos autárquicos, tendo

pelas diferentes forças políticas condições semelhantes, daremos prioridade à força política vencedora», conclui.

Cadaval

Também a organização concelhia do Cadaval procedeu a uma primeira avaliação dos resultados eleitorais e destacou que, num quadro de «grande bipolarização entre

Assembleia Municipal, com a eleição de dois membros directos, e mais um por via de ter obtido a maioria na Assembleia de Freguesia do Vilar, conquistando a presidência da respectiva Junta. Apesar de não eleger ninguém, a CDU apresentou uma subida significativa em Alguerber. Nas freguesias do Cadaval, Peral e Painho, a coligação desceu em número de votos e em mandatos.

PCP solidário com trabalhadores

A Comissão Concelhia do PCP do Fundão emitiu um comunicado no passado dia 28, em que mostra a sua preocupação em relação à situação da empresa Cidesa e transmite a sua solidariedade e apoio à luta dos trabalhadores «pela defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento de salários».

O PCP confia que a «determinação e confiança dos trabalhadores no desenvolvimento da luta e na defesa dos seus justos interesses e direitos, é decisiva para alcançarem a vitória e importante para sensibilizar as entidades competentes» tendo em vista a solução deste problema.

Os eleitos do PCP na Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia do Fundão «assumem o compromisso de apresentar iniciativas no sentido da continuidade da laboração da empresa e do pagamento devido aos trabalhadores», afirma ainda o comunicado que termina com a convicção de que o distrito de Castelo Branco e o concelho do Fundão «não podem continuar a assistir ao encerramento de empresas e consequente desemprego de trabalhadores, tornando estes as principais vítimas da política de direita que tem vindo a ser seguida pelos sucessivos governos do PS e do PSD».

Campanha de recrutamento terminou com 327 novas adesões

«Os jovens estão cá e estão cá para a luta»

A campanha de recrutamentos da JCP do ensino secundário terminou no fim do primeiro período. Foram quase três meses de distribuições e esclarecimento. O resultado foi a adesão de 327 novos militantes. Paulo Marques, responsável nacional pela organização do secundário da JCP, e Bruno Monteiro, responsável pelo secundário do Porto, falam da campanha.

– Que balanço fazem da campanha?

Paulo Marques – A JCP reforça-se hoje porque intervém no movimento associativo, porque está junto dos estudantes, porque tem colectivos de escola a funcionar, porque há uma organização da JCP a nível nacional. Como comunistas, a nossa intervenção tem de

ser junto dos estudantes e dos seus problemas concretos, num “tu cá, tu lá” para juntos resolvermos os problemas e intervirmos na sociedade.

– O balanço é, portanto, positivo?

PM – Os números mostram a capacidade da JCP. E podemos dizer que o comunismo está vivo e está pronto para a luta. Mostram que 327 jovens aderem à causa do comunismo e do socialismo, num período de três meses. Isto é magnífico, quando se diz que os jovens

não pensam e são amorfos. Na prática mostramos o contrário, que os jovens estão cá e estão cá para a luta. Isto não é uma

«A JCP está a crescer muito. Paralelamente, há um crescimento qualitativo»

coisa simbólica, é uma conquista grande. Não dizemos que somos os maiores ou que temos a maior organização, mas somos uma organização credível que junta milhares de jovens numa luta constante

contra o sistema.

Bruno Monteiro – Isto é o reconhecimento do trabalho que a JCP tem vindo a desenvolver junto do movimento estudantil nos últimos anos. Por exemplo, a JCP tem sido a organização que mais condenou a revisão curricular. Estes novos militantes confirmam que a JCP é a única força que está junto da juventude.

– Em geral qual foi a reacção das pessoas?

BM – Dou o exemplo do Porto, uma região tradicional-

mente reaccionária, basta ver que a CDU não tem a presidência de nenhuma câmara municipal. Mas temos tido uma receptividade excelente. Mas há estudantes com preconceitos que nós, numa simples conversa, desmontamos.

– Que ideias são essas?

BM – Tenho encontrado de tudo. Há pessoas que dizem coisas como: «Não gosto dos comunistas, já viste o que estão a fazer à Áustria?» ou «Salazar era um comunista».

PM – No Barreiro, durante a campanha eleitoral, a Juventude Socialista colocou faixas a dizer «Podem não comer crianças, mas destruíram o Barreiro». Percebe-se as grandes



A JCP afirma-se como uma organização credível que junta milhares de jovens

Região	Recrutamentos
Aveiro	5
Beja	12
Braga	15
Bragança	10
Castelo Branco	1
Coimbra	19
Évora	8
Leiria	9
Lisboa	70
Litoral Alentejano	41
Porto	47
Santarém	23
Setúbal	60
Viseu	7
Total	327

«Somos uma organização credível que junta milhares de jovens numa luta constante contra o sistema», considera Paulo Marques

«A conversar as coisas mudam. Tenho um amigo que no início do ano tinha uma posição anti-comunista clara e actualmente questiona se vai inscrever-se na JCP», diz Bruno Monteiro

diferenças entre os que querem transformar a sociedade e os que a querem manter.

Na JCP temos uma intervenção diária. Houve uma campanha nacional, agora tem de haver campanhas em cada região, em cada concelho, em cada colectivo de escola. A

organização de Coimbra está a pensar fazer uma campanha sobre educação sexual no início do segundo período. Isto demonstra a capacidade de organização, que não depende do trabalho central mas de cada organização regional. Há plenários em todo o País.

– Podes falar do caso concreto do Porto?

BM – Em dois meses e meio, fizemos 33 distribuições nas escolas e conseguimos 49 recrutamentos. Na semana passada, numa distribuição em Marco de Canaveses, conseguimos cinco novos militantes. Noutra ocasião, na Trofa foram nove militantes. Isto é importante, porque são zonas que não são propriamente conhecidas pelo seu carácter progressista ou pró-comunista.

Parece-me que a JCP está a crescer muito. Paralelamente a este crescimento quantitativo, há um crescimento qualitativo. Temos a preocupação de organizar todas as regiões, com plenários e com a formação dos nossos militantes. No Porto estamos a desenvolver um programa de formação ideológica, através de uma brochura com textos fundamentais de obras importantes na formação de qualquer comunista e de um curso de formação ideológica sobre marxismo-leninismo e a história do Partido. Além disso, teremos durante uma série de meses debates, sessões de esclarecimento e convívios.

8.º Encontro Nacional marcado para Abril

«O secundário da JCP está a atravessar um ponto alto»

– Como correu a reunião da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário?

Paulo Marques – A CNES reuniu com cerca de 40 camaradas de todo o País e decidimos fazer o 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário em Abril. Assumimos esta iniciativa como um grande momento de afirmação da JCP.

Nós não temos militantes para enfeitar. Defendemos um projecto colectivo e acreditamos que é possível envolver todas estas pessoas no trabalho, mais os trezentos que entraram agora. Temos capacidade para todos os anos fazer a JCP crescer, numa organização de todos e para todos. Todos têm lugar na JCP, os que têm 13, os que têm 15 e os que têm 18.

Bruno Monteiro – Uma das conclusões da CNES foi exactamente essa. Devemos responsabilizar camaradas diferentes pelas tarefas, de forma a contribuir para a sua formação através do trabalho. A discussão colectiva é muito importante. Não há uma única deliberação da CNES que não tenha passado por todos os colectivos de escola.

– Como é feito o trabalho com os novos militantes?

PM – Por exemplo, no Porto, os novos militantes organizaram um jantar sobre os direitos humanos.

BM – 31 camaradas participaram no jantar e intervieram no debate, com sede de conhecimento. É a organização deles, embora haja mui-

tos estudantes que não se inscrevem na JCP. Existe uma tendência para descredibilizar a JCP.

– Como assim?

BM – Qualquer iniciativa da JCP é boicotada pela comunicação social dita inócuca. No Porto organizámos um concurso de bandas, com a participação de grupos com um certo nome no circuito alternativo, e nenhum órgão da comunicação social se interessou, apesar de os contactarmos. A JSD da Trofa organizou um jantar com 25 pessoas e teve honras de figurar, por exemplo, no *Jornal de Notícias*.

PM – O Congresso da JCP só apareceu no 24 Horas, o último Teletexto da RTP1, num bocadinho. Isto é gravíssimo.

– Em zonas em que o Partido tem menor implantação, a receptividade será pior. Como é, de facto?

BM – Há uma grande parte dos estudantes que já está consciencializada. A JCP desempenhou um forte papel nesse processo, porque informa os seus militantes e estes informam os seus amigos. Há estudantes que reagem mal: «Eu não sou comunista.» Mas a conversar as coisas mudam. Tenho um amigo que no início do ano tinha uma posição anticomunista clara e actualmente questiona se vai inscrever-se na JCP.

Temos de nos libertar de uma cultura estupidificante e massificadora e a JCP, enquanto vanguarda, não pode esperar que todos fiquem consciencializados.

Temos o dever de trabalhar para que as massas se juntem a nós. Acho que conseguimos grandes conquistas. Em Torre de Moncorvo, por exemplo, estão a fazer uma pressão imensa para fundar um colectivo da JCP.

– Que razões dão os novos militantes para se inscreverem?

PM – As pessoas têm um problema e vêem que são os comunistas que intervêm nos problemas do dia-a-dia. Não é preciso ir lá com as faixas a apelar, as pessoas vêem o que nós fazemos. No ano passado, a Juventude Popular dava um chocolate, uma sandes e um sumo a que se inscrevesse. Nós não somos assim. Sempre tivemos uma boa dinâmica, mas o secundário da JCP está a atravessar um ponto alto.

BM – Há outra coisa: os militantes da JCP olham para uma decisão de um órgão superior e reconhecem nele a sua opinião. Olham para ali e dizem: «Eu contribuí para esta posição. Eu sei que tenho poder. Apesar de ser um só indivíduo, ninguém deixou de me ouvir.»

PM – É o centralismo democrático...

– Muitos militantes da JCP, nomeadamente do secundário, não têm idade para votar. Como é que podem intervir nas eleições?

PM – As eleições são importantes, mas a nossa maior intervenção é na luta de massas. Nos últimos dois anos tivemos mais de 200 mil estudantes na rua.

Conclusões do Conselho de Laeken

• Ilda Figueiredo

O último Conselho Europeu, realizado em Laeken, nos passados dias 14 e 15 de Dezembro, no final da Presidência belga, quase passou despercebido em Portugal por estarmos em eleições autárquicas. Os problemas políticos que se seguiram remeteram para segundo plano as conclusões de Laeken. No entanto, há aspectos das decisões que são especialmente importantes para o futuro próximo, pelo que importa ter em conta as posições sobre o alargamento e a luta contra o terrorismo, algumas considerações relativas à evolução económica e social e as declarações sobre o futuro da União Europeia e a Política Europeia Comum de Segurança e Defesa.

Quanto ao alargamento, o Conselho reafirmou a sua posição de concluir as negociações de adesão até ao final de 2002 com os países candidatos que estiverem aptos, a fim de que esses países possam participar nas eleições para o Parlamento Europeu, em 2004, na qualidade de membros, admitindo que dez o poderão fazer, deixando de fora apenas a Bulgária e a Roménia. No entanto, alguns dos capítulos mais complicados da adesão estão ainda em aberto, designadamente os da agricultura, política regional e questões orçamentais, para os quais a Comissão irá propor brevemente posições comuns. Veremos se serão aceites.

Relativamente à luta contra o terrorismo, para além da reafirmação política da sua total solidariedade com o povo americano e a comunidade internacional, e apesar de reafirmar o pleno respeito dos direitos e liberdades individuais, anuncia o acordo sobre o mandado de captura europeu, a definição comum das criminalizações terroristas, a elaboração de listas e a cooperação entre serviços especializados, o que, no seu conjunto, pesem embora alguns recuos assinaláveis relativamente a posições fundamentalistas de temas sob a responsabilidade do Comissário português António Vitorino, em muitos pontos significa novos ataques à soberania dos Estados membros em áreas fulcrais da justiça e das liberdades, com prejuízo da garantia individual e colectiva dos direitos e liberdades, sob o pretexto do combate ao terrorismo.

Sobre a evolução da situação económica e social, confirma o período de abrandamento do crescimento e de incertezas devido ao efeito combinado de uma desaceleração geral e de uma diminuição da procura, embora reafirme a esperança de uma recuperação progressiva durante o ano de 2002. Mas insiste na necessidade de cumprimento do Pacto de Estabilidade, o que, mesmo com a folga dos estabilizadores automáticos, não tem em conta a diversidade económico-social dos Estados-membros, sobretudo os problemas das economias mais débeis e com maiores atrasos sociais como acontece com Portugal. Assim, o que continua a ser prioritário é a estabilidade dos preços, são as

políticas monetárias, e não o emprego de qualidade e as políticas de erradicação da pobreza e da exclusão social, apesar dos quilómetros de páginas sobre o assunto, das declarações de intenções, do programa comunitário, dos planos de inclusão social e dos indicadores recentemente aprovados. Daí também a importância de divulgar estes documentos para denunciar hipocrisias e exigir o cumprimento com conteúdo palpável das meras intenções declaradas, mas praticamente vazias, como o demonstra todo o avanço das liberalizações, com a privatização de serviços essenciais nas áreas dos correios e telecomunicações, a congratulação com os resultados da Conferência da OMC, em Doha, que lançou um novo ciclo de negociações visando a liberalização do comércio mundial na defesa dos interesses das multinacionais. Embora os responsáveis políticos se digam empenhados em promover a dimensão social e ambiental do novo ciclo de negociações, a verdade é que não o salvaguardaram de forma clara no documento daquela conferência e só o farão se os trabalhadores da União Europeia e os povos do mundo a tal os obrigarem.

Da Declaração sobre o futuro da União Europeia importa reter a convocação de uma Convenção sobre o futuro da Europa à semelhança da que existiu para a aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais. Mais uma vez, apenas estarão representados os dois maiores partidos de cada Estado-membro, o que, além de não respeitar o pluralismo, limitará claramente as propostas em debate e as alternativas em confronto. Na prática, apenas os federalistas aí terão assento, embora com cambiantes diversos e velocidades diferentes. Mas os seus objectivos são claros: condicionar a Conferência Intergovernamental que em 2004 pretende alterar o Tratado e avançar para uma Constituição Europeia. Mais uma vez, foi ignorado o NÃO do povo irlandês.

Por último, no que se refere à Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, afirma-se, designadamente, que "a União conta ultimar os acordos de segurança com a NATO e concluir os acordos sobre a garantia de acesso ao planeamento operacional da Aliança", além de apostar no desenvolvimento das capacidades militares próprias da União, embora reconhecendo que isso não implica a criação de um exército europeu.

Como se vê, paulatinamente, em cada Conselho, o federalismo e o neo-liberalismo vão dando pequenos passos no caminho do seu reforço, embora com contradições e nem sempre tão rapidamente como alguns desejariam, para o que, certamente, contribuíram as grandes manifestações de trabalhadores e outras forças progressistas que se opõem a essa via e lutam por uma alternativa que dê prioridade aos direitos sociais e dos trabalhadores, à paz e ao progresso, no respeito pela identidade e soberania de cada Estado.

Nova moeda pode agravar crise e provocar o aumento da inflação

Os riscos do euro

Apesar da «euforia» em torno da nova moeda europeia, há quem antevêja consequências negativas no curto prazo para a economia e para os consumidores.

Um estudo recente do Deutsche Bank afirma que a entrada em circulação do euro pode traduzir-se numa quebra no consumo e na subida dos preços no início deste ano. «Os consumidores podem reduzir temporariamente o consumo se existirem longas filas ou se não puderem comprar o que querem porque as lojas não têm trocos», considera o autor do trabalho.

Segundo Jorn Quitau as pessoas podem inibir-se de consumir, sobretudo bens que não sejam de uso diário, adiando as suas compras para os meses seguintes. Para além da notória falta de trocos, a conversão das moedas constituiu outra dificuldade que, no entanto, será menos sensível nos casos da Alemanha, Itália, Portugal e Holanda, onde as equivalências são relativamente fáceis. Por exemplo, em Portugal é de um para 200, enquanto na Alemanha é de um para dois, números fáceis de dividir e multiplicar.

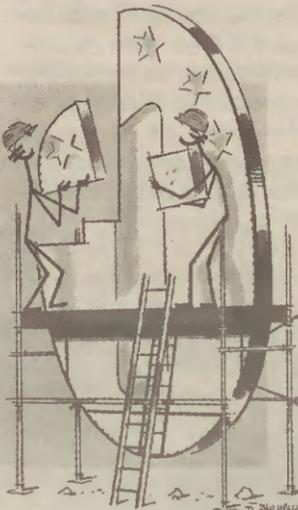
Os arredondamentos de preços também poderão funcionar como travão às trocas comerciais e motivar pressões inflacionistas. O estudo do

Os arredondamentos para cima são uma tentação para as empresas que sairá cara aos consumidores

Deutsche Bank indica a este propósito que o facto de as empresas se encontrarem com dificuldades económicas e lucros em baixa pode levá-las a arredondar os preços para cima, escondendo assim uma subida do valor pago pelo consumidor.

Maioria preocupada

De resto, já no final de Julho passado os resultados



do Eurobarómetro mostravam que 61 por cento dos europeus estão preocupados com os abusos nos preços com a

passagem para a moeda única. Na mesma altura um painel de economistas consultado pela Federação Europeia de Bancos previu que a subida dos preços, resultante da entrada em circulação das notas e moedas em euros, será entre 0,4 por cento e um por cento.

E embora alguns economistas considerem estes números «pessimistas» e exagerados, muitos admitem que a inflação tenderá a subir no início de 2002. Uma analista do Banco BHK em Frankfurt, Jana Klein, declarou à Agência France Press que os comerciantes estavam a adaptar os preços em moeda nacional, discretamente, «com o objectivo de terem um preço redondo no momento da conversão para euros».

De forma menos discreta, outras empresas, como a dos caminhos-de-ferro de França, a SNCF, decidiram antecipar para o final de 2001 os aumentos habituais de Janeiro.

As taxas de conversão devem, de acordo com as regras estabelecidas, utilizar sempre seis casas decimais, mas os arredondamentos tenderão a ser feitos às centésimas. Segundo o Banco de Portugal «o resultado é arredondado para o cêntimo superior se se situar exactamente a meio ou acima do meio [0,50], e para o cêntimo inferior se se situar abaixo do meio». A dúvida que persiste é sobre a capacidade para fiscalizar o cumprimento destas regras.

Luta antiterrorismo «é prioridade máxima»

A Espanha assume durante o primeiro semestre de 2002 a presidência rotativa da União Europeia, para a qual definiu como prioridade máxima a luta contra o terrorismo.

Neste sentido o governo espanhol pretende impulsionar entre os Quinze o reconhecimento mútuo das decisões judiciais, a colaboração entre os juizes dos Estados-membros, a coordenação entre as forças de segurança e a adopção de medidas inter-

nacionais contra as fontes de financiamento das organizações terroristas.

A presidência espanhola já declarou que pretende rever as relações entre a UE e os países que possam apoiar o terrorismo e promover a negociação de um tratado de cooperação judicial-penal entre a UE e os Estados Unidos.

A entrada em circulação do euro, a reforma das instituições europeias, em cujo centro está a criação de uma convenção composta por eurode-

putados, parlamentares nacionais e representantes dos governos, bem como a reactivação da cooperação euro-mediterrânica e o diálogo euro-árabe são outras das prioridades definidas.

Esta presidência coincide também com as negociações com uma dezena de países candidatos à UE, que inclui *dossiers* como a agricultura e os fundos regionais, em relação aos quais terão de ser procurados consensos entre os restantes países membros.

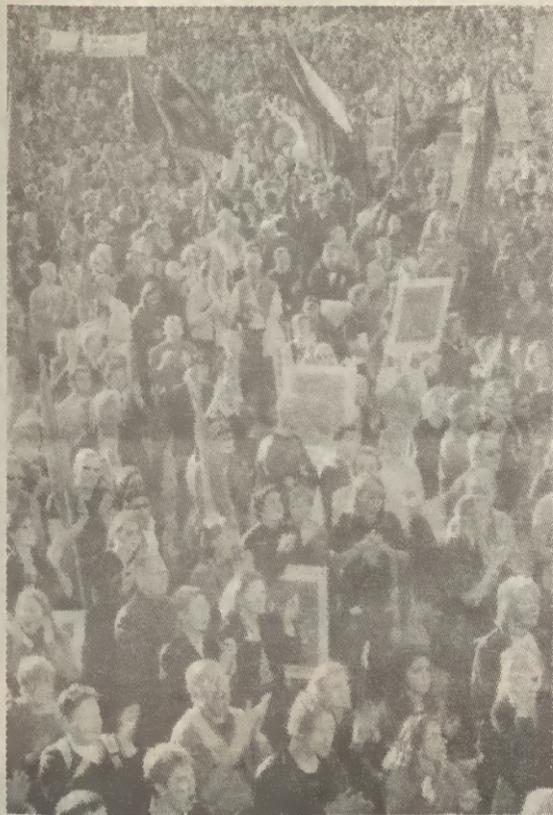
Novo regime privilegia condições de trabalho

Com a entrada do novo ano entrou em vigor um regime de direitos aduaneiros preferenciais da União Europeia que visa encorajar os países em desenvolvimento a melhorar as normas laborais.

O novo sistema de preferências generalizadas, que vigorará até 2004, foi aprovado a 10 de Dezembro no Conselho

de ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e prevê uma baixa geral de 3,5 por cento dos direitos aduaneiros e uma baixa suplementar de cinco por cento para os países que provem que respeitam as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre condições de trabalho.

Em contrapartida, a União pretende controlar o cumprimento das normas e ameaça retirar todas as vantagens alfandegárias aos países que violarem os seus compromissos nesta matéria. De fora ficam, no entanto, os produtos têxteis e de vestuário, que já beneficiam de uma redução de direitos de 20 por cento.



A soma dos despedimentos na Suécia durante o ano de 2001 é superior a 60 mil

A segunda-feira dos despedimentos

Na segunda-feira 10 de Dezembro foram despedidos na Suécia 1500 trabalhadores. É o recorde dos despedimentos num só dia, numa onda que tem submergido a Suécia no ano de 2001. Muitas povoações como Degerfors, Katriheholm, Skene, Kumla, Norrköping, Linköping e Karlskrona foram já vítimas desta política que deixa os trabalhadores sem possibilidades de sustento.

Em Gislaved foram despedidos 774 trabalhadores pela indústria alemã de pneus Continental, em Trollhättan a Volvo Aero despediu 340, em Uddevalla foram 75 trabalhadores postos na rua pela TWR, em Trelleborg foram despedidos 120 trabalhadores na fábrica com o mesmo nome, o mesmo aconteceu na ABB em Mjölby. No mesmo dia foram despedidos 250 trabalhadores em Sturup, em Estocolmo, pela Britannia Airways. A soma dos despedimentos na Suécia durante o ano de 2001 é superior a 60 mil, na realidade o dobro do número de despedimentos de 1999.

O exemplo da fábrica de pneus Continental em Gislaved mostra bem a realidade do capitalismo como sistema criminoso e anti-social. A fábrica de Gislaved, com mais de 100 anos, tem dado trabalho e sustento a dezenas de milhares de trabalhadores que, vindos de toda a Suécia, aí se estabeleceram.

Gislaved tem 10 mil habitantes, a cidade está totalmente dependente do funcionamento da fábrica de pneus e do salário dos trabalhadores. Fechar a fábrica é condenar a cidade à morte.

Gislaved-Däck era uma das fábricas de pneus mais modernas da Europa até ao dia em que há 10 anos foi comprada pela firma alemã Continental. A partir daí começaram os lucros a serem transferidos para a central na Alemanha e na fábrica em Gislaved a maquinaria passou sucessivamente a envelhecer.

Mesmo assim os lucros continuam a ser grandes e a fábrica em Gislaved uma das empresas mais rendáveis do aglomerado alemão. Mas isto não interessa à gente do capital. Uma fábrica que dá lucros vai ser fechada, porque há possibilidades de lucros ainda maiores noutros países onde a classe trabalhadora tem salários mais baixos e piores condições de vida. Um clima de repressão política nesses países vai garantir lucros ainda maiores. Däck estava garantido para possibilidades de empréstimo bancário para, por exemplo, construção de casa própria ou compra de automóvel. É assim que o sistema de bem estar económico funciona na Suécia.

Com o fecho da fábrica de pneus o desemprego é a realidade. Arranjar outro trabalho é quase impossível. Para muitos trabalhadores só há uma possibilidade, a mudança para outra cidade na busca de trabalho. Mas que fazer à casa e ao empenhamento económico? A venda é impossível. É como o trabalhador diz: «Tentar vender uma casa aqui na terra é agora como tentar vender areia no Saara».

Por quanto tempo vão os trabalhadores continuar a ser escravos do capital?

● Mário Sousa

Argentina

O presidente que se segue

O peronista Eduardo Duhalde foi terça-feira eleito o quinto presidente da Argentina em quinze dias. Duhalde anunciou já a formação de um governo de unidade nacional, com lugar para os membros da oposição.

O antigo presidente interino da Argentina, Adolfo Rodríguez Saá, apresentou a sua renúncia «irrevogável» ao cargo por falta de apoio político, afirmando que dirigentes do seu próprio partido e «lobos e lobbies que andam soltos» não lhe deixaram outro caminho.

O anúncio foi feito por um porta-voz governamental depois de fontes policiais terem informado que ficaram feridos 12 polícias nos incidentes que se seguiram a uma manifestação junto ao palácio presidencial e ao Congresso, protestando contra os corruptos no poder e as restrições bancárias impostas pelo anterior executivo.

A demissão de Rodríguez Saá agravou assim a situação de incertezas que se vive na Argentina desde que, em 20 de Dezembro, Fernando De la Rúa renunciou à presidência do país dois anos antes do final do seu mandato, arrastado por graves protestos sociais e pela falta de soluções para a recessão económica que abala o país desde 1998.

Ainda que em termos práticos se tenham conhecido «apenas» três presidentes na

Argentina nas últimas duas semanas (Fernando De la Rúa, Rodríguez Saá e agora Eduardo Duhalde), na realidade foram cinco os nomes que assumiram as funções.

A Argentina tem futuro

O novo presidente da Argentina, o peronista Eduardo Duhalde, de 60 anos, prometeu no seu primeiro discurso acabar com o actual sistema social e económico do país, que considerou «esgotado e que causou o desespero à maioria do povo». Duhalde foi nomeado presidente da Argentina terça-feira pela Assembleia Legislativa, com 263 votos a favor, 21 contra e 18 abstenções.

Duhalde garantiu que a Argentina terá um governo de unidade nacional, algo que acontece pela primeira vez nos países sul-americanos. Eduardo Duhalde apelou ainda para que todos os argentinos se esforcem para enfrentar a «difícil» crise que abala o país. «Viemos pôr de pé e em paz a Argentina. A Argentina tem futuro. Temos que ser



Eduardo Duhalde quer acabar com o sistema económico e social vigente

mais argentinos do que nunca», afirmou.

No seu discurso, o novo presidente explicou ainda que «a Argentina está na bancarrota», que o Estado não tem um peso para pagar salários ou pensões e que a «produção e o comércio estão parados e a cadeia de pagamentos está quebrada». Ainda segundo Duhalde, 40 por cento da população argentina vive na linha da pobreza. «Cerca de 730 pessoas deixaram de pertencer à classe média para se juntarem às que estão abaixo da linha de pobreza, que se cifram já em 15 milhões, num país que tem 36 milhões de habitantes», acrescentou.

Em 30 anos de actividade política, Eduardo Duhalde ocupou sucessivamente os cargos de vereador municipal, presidente da Câmara Municipi-

pal de Lomas de Zamora, deputado, vice-presidente do país, governador da província de Buenos Aires e senador, chegando agora à chefia de Estado.

Medidas à vista

O novo presidente anuncia hoje os nomes escolhidos para integrar o ser governo e dar a conhecer todos os pormenores do plano económico da nova administração. Duhalde já delineou, entretanto, os contornos de que pretende que seja o seu modelo de gestão. Uma das características anunciadas é que deve ter por «guia e norte a doutrina social da igreja católica». Algumas intenções foram no entanto anunciadas: acabar com a paridade entre o peso e o dólar, que alguns analistas têm apontado como uma das situações que impedem a Argentina de recuperar da crise.

Duhalde anunciou também que vai suspender o pagamento dos juros da dívida externa argentina, pelo que pediu a compreensão da comunidade internacional lesada. «Estamos numa situação limite, não temos crédito externo, nem interno», afirmou, acrescentando que vai investigar «seriamente» as denúncias sobre envios ilegais de fundos para o estrangeiro.

Sete dias «de calma» no Médio Oriente

O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, insistiu, durante uma reunião onde esteve presente o ministro da Defesa, Binyamin Ben Eliezer, e outros responsáveis militares, num período de sete dias de «calma total» antes de ser colocado em prática o plano norte-americano de cessar-fogo.

Elaborado pelo director da CIA, George Tenet, e adoptado em Junho, este plano, ainda por aplicar, estabelece um mecanismo de cessar-fogo entre palestinianos e israelitas.

Entretanto os palestinianos reclamam a aplicação

imediate do plano do relatório Mitchell, que recomenda o fim da violência e algumas medidas de segurança, incluindo o congelamento da colonização israelita e o retamento das negociações de paz.

Enquanto isso, o secretário-geral da Liga Árabe, Amr Moussa, advertiu que a organização que lidera que «nunca aceitará as condições» de Sharon para o estabelecimento da paz no Médio Oriente.

«Nenhum líder ou cidadão árabe pode aceitar uma paz imposta, e os Estados Unidos e os demais países ocidentais enganam-se se pen-

sam que será fácil fazer com que os palestinianos se rendam às condições israelitas», adiantou Moussa.

Arafat admirado

«O governo israelita reclama que eu lute contra os terroristas. Então, porque é que bombardeiam os nossos postos de polícia e a minha guarda presidencial?», questionou quarta-feira o líder palestiniano, Yasser Arafat.

«Eu agi de modo coerente contra os autores da violência e do terror e fiz encerrar todos os escritórios de gru-

pos que praticam a violência. Exijo também que esse derramamento de sangue tenha um fim!», sublinhou Arafat.

De qualquer forma, o líder palestiniano exprimiu a sua esperança de poder ver palestinianos e israelitas a viverem em paz. «Apesar das terríveis dificuldades às quais nos submetemos sem acabarmos com os extremismos dos dois lados, eu não abandonarei jamais a esperança de pudermos viver conjuntamente em paz. No fundo, nós vivemos todos aqui na Terra Santa», afirmou Arafat.

Confrontos em Caxemira

Um morto e 24 feridos é o resultado de um atentado, levado a cabo quarta-feira, contra o parlamento de Caxemira na capital da região, Srinagar. Embora não tenha havido reivindicações do ataque, mais uma vez os grupos islâmicos, apoiados pelo Paquistão, são os principais acusados, nomeadamente o Jaish-e-Mohamed, o movimento que levou a cabo

o atentado de 1 de Outubro. A tensão entre a Índia e o Paquistão continua a aumentar. Durante esta semana soldados de ambos os lados dispararam morteiros e armamento pesado ao longo da fronteira de Caxemira. Desde o assalto ao parlamento de Nova Deli, a 13 de Dezembro passado, várias pessoas já foram dadas como mortas em resultado do rea-

cender do confronto. Entretanto, o diálogo entre estes dois países, tendo em vista alcançar um acordo de cessar fogo, parece impossível, com o primeiro-ministro indiano, Atal Behari Vajpayee, a afirmar que «não está previsto nenhum encontro, ao mais alto nível, entre a Nova Deli e Islamabad». Por outro lado, as autoridades paquistanesas, pressionadas

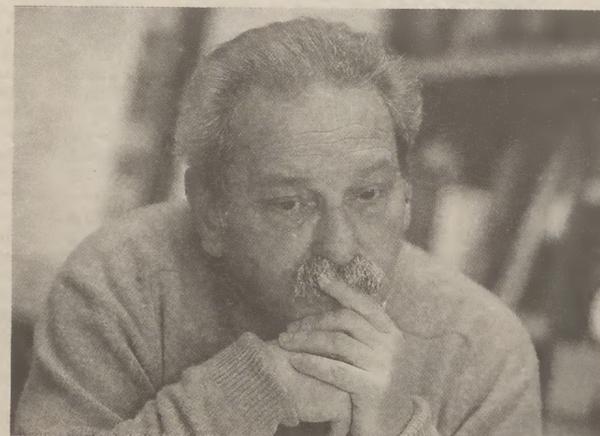
pela comunidade internacional, já levaram a cabo a prisão de vários líderes terroristas que operam em Caxemira.

Embora seja remota a hipótese de diálogo, o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, prepara-se para nos próximos dias iniciar um périplo diplomático pelas capitais indiana e paquistanesa.



Contra o imperialismo

A hora é de unidade e luta



● **Anabela Fino** texto
● **Jorge Cabral** e arquivo fotos

Entrevista com Albano Nunes, membro do Secretariado do CC do PCP e responsável pela Secção Internacional

U nir forças contra a política agressiva do imperialismo norte-americano e contra a política de globalização imperialista que visa impor ao mundo uma nova ordem económica, social, institucional e jurídica contra os trabalhadores e contra os povos, é a grande tarefa que hoje se coloca a todos os comunistas e a todas as forças revolucionárias, progressistas e de esquerda por esse mundo fora. Quem o afirma é Albano Nunes, em entrevista ao *Avante!* onde se analisam alguns dos grandes problemas do nosso tempo. Da Argentina ao Afeganistão, da corrida aos armamentos aos movimentos antiglobalização, sobejam exemplos da necessidade de mudar de rumo e erguer bem alto os valores da paz e do socialismo.

– O final do ano fica assinalado pelo que alguns comentadores já designaram como a primeira grande revolta social do século XXI, ou seja, os acontecimentos na Argentina. Que leitura é que fazes desta situação?

– Trata-se da consequência – considerada pelo nosso Partido, na análise dos seus Congressos, praticamente inevitável – da política de globalização imperialista que conduz ao agravamento das injustiças e desigualdades sociais, e que no caso da Argentina atingiram uma expressão insuportável.

A Argentina é um dos países mais desenvolvidos do continente sul-americano, que em vários períodos da sua história teve um nível de vida apreciável em comparação com os outros países da região. Essa situação alterou-se significativamente com as políticas neoliberais, fundamentalistas, levadas à prática nomeadamente a partir do governo Menem e do célebre ministro da Economia, Domingo Cavallo, que conduziram ao desastre que é conhecido.

– O que é que se pode esperar agora, num país onde mais de 50 por cento da população vive na pobreza e com a economia no estado em que está?

– Creio que ninguém arrisca previsões quanto ao futuro. O que está perfeitamente claro é que a situação é insustentável, e mesmo do ponto de vista do sistema financeiro internacional haverá certamente a procura de soluções no sentido de mudar alguma coisa, para que tudo fique na mesma sem dívida, mas para tentar evitar o colapso completo das situações económica e financeira argentina. Entretanto é uma evidência que a ultrapassagem desta situação exige políticas radicalmente novas. No mínimo, a inversão completa da marcha que vem sendo seguida nos últimos anos, com as privatizações, com a política de endividamento externo, com a entrega das principais riquezas e recursos da Argentina aos grandes grupos estrangeiros, etc. Como é que isso se vai passar no concreto dependerá das forças sociais e políticas, das forças de esquerda...

– Forças que estão debilitadas...

– É verdade, apesar dos esforços do Partido Comunista da Argentina e de outras forças anticapitalistas. Por isso é natural que se venham a processar reajustamentos nas forças sociais e políticas, nomeadamente no campo sindical ainda hegemónico pela demagogia peronista, mas é muito difícil prever como se vai desenrolar todo o processo.

– O que se está a passar na Argentina vai ter influência na América Latina...

– Já está a ter, designadamente nas preocupações sobre o Mercosul (espaço comum de comércio que inclui, para além da Argentina, o Brasil, Uruguai e Paraguai), que embora de forma contraditória tem «batido o pé» à hegemonia norte-americana no continente, e desde logo também no Brasil, a economia mais poderosa da região, para já não falar na Europa. As repercussões em Espanha já se fazem sentir...

– A decisão de suspender o pagamento da dívida externa é uma medida populista?

– Eu creio que é sobretudo uma medida realista, e será curioso observar a reacção do sistema financeiro internacional...

– É uma medida realista porque não pode fazer outra coisa?

– Exacto. A dívida externa argentina, que é da ordem dos 135 mil milhões de dólares, é das mais elevadas de todo o mundo. Os recursos do país estão a ser completamente sugados pelo sistema financeiro internacional, nomeadamente pela banca norte-americana.

– E é realista o anúncio da criação imediata de 100 000 empregos, como primeira fatia da criação de um milhão de empregos?

– Assim, haverá já certamente demagogia populista. Claro que há um grande debate no plano internacional, mesmo dentro do quadro do próprio sistema capitalista e nas suas mais altas esferas, sobre qual a resposta que o sistema deve dar para continuar a subsistir e reproduzir-se, ainda que com taxas de lucro menos elevadas do que as actuais.

Nesse debate, há os que preconizam uma resposta de tipo neo-keynesiano, ou seja, o retomar de algum papel por parte do Estado, e de uma política visando reanimar a procura, e assegurar uma redistribuição mínima do rendimento criado. Mas para já, o que parece dominar é uma resposta de força para as grandes contradições do mundo contemporâneo. No caso da Argentina, numerosos comentadores admitem uma resposta de tipo militar, ditatorial.

Estes são acontecimentos a seguir com

muita atenção, pois podem dar-nos indicações sobre tendências de fundo da situação internacional.

– Por falar de respostas de força, passemos ao Afeganistão. Aí houve uma intervenção militar, o país foi destruído, agora fala-se da reconstrução... Continua a ser a economia a ditar as regras?

– Creio que quem não tiver presente que por detrás da guerra contra o povo do Afeganistão estão os interesses económicos do grande capital e do imperialismo, não poderá compreender o que se está a passar e o que se prenuncia que se passará, e passará efectivamente se não conseguirmos erguer um poderoso movimento de resistência a esta política de força. Refiro-me nomeadamente à questão do petróleo e gás natural.

– Mas esses interesses poderiam obter o petróleo e o gás dessa região de forma pacífica. Porque é que necessitam de ir para a guerra?

– Naturalmente que não é apenas a questão económica que está em causa. Em relação ao Afeganistão estão em causa interesses geo-estratégicos fundamentais. A posição deste país é, historicamente, uma posição estratégica, uma encruzilhada de civilizações, um ponto de passagem das trocas comerciais, uma encruzilhada no próprio processo histórico de mundialização.

Os grandes poderes sempre procuraram dominar o Afeganistão, como o provam a história da Rússia czarista e da Grã-Bretanha, sobretudo, e desde há muito que os EUA lançam os olhos naquela direcção, nomeadamente por causa do Irão, da Índia, da Rússia e da China. A China é considerada aliás por numerosos observadores como o adversário estratégico dos EUA, o que na sua óptica justifica plenamente a política do imperialismo norte-americano naquela zona.

Há portanto razões de carácter estratégico para as pretensões norte-americanas ao domínio da região, mas sem dúvida que as questões económicas, sobretudo as relacionadas com a energia, têm segundo todos os observadores um peso muito grande. Aliás, é sabido que os EUA apostavam no próprio regime dos talibãs e na sua estabilização para conseguirem o fluxo de recursos petrolíferos em que grandes companhias norte-americanas estavam e estão interessadas – e aqui pesam não apenas os interesses do conjunto do sistema, mas também os interesses do complexo industrial que comanda a economia norte-americana –, tendo mesmo entrado em negociações com os talibãs para a construção de gasodutos e oleodutos.

– Os atentados de 11 de Setembro vieram alterar a situação...

– Naturalmente. A situação criada com os atentados acabou por ser aproveitada pelos EUA para «pôr ordem» na região...

– Para «pôr ordem» e para pôr o pé...

– Exacto. Pela primeira vez os norte-americanos estão no país e a procurar construir bases militares...

– Ajudados pelos atentados de 11 de Setembro e pelo medo generalizado do terrorismo...

– Sim. Relativamente a esta questão devo lembrar que o nosso Partido condenou desde o primeiro momento estes atentados terroristas, tanto por razões de princípio como por razões de realismo político, pois toda a história do movimento operário e comunista internacional, toda a história das forças progressistas e anti-imperialistas mostra que o terrorismo é uma arma sempre utilizada pela reacção e pelo obscurantismo. Outra posição que tomámos foi a de não nos metermos, enquanto partido político, nessa discussão sobre quem foram os autores e como foi possível um tal acto. Não entramos nessa discussão porque o que nos interessa essencialmente são as consequências e os processos políticos de fundo que foram desencadeados a partir do 11 de Setembro.

Esses processos desenvolvem-se com uma tal rapidez e ajustam-se de tal modo nos interesses estratégicos do imperialismo norte-americano, que o mínimo que podemos dizer é que a CIA, o FBI, o Departamento de Estado, o Pentágono tinham de há muito preparados planos de contra-ataque e de ofensiva nesta região do globo para pôr em prática quando considerassem as condições reunidas. O mínimo que podemos dizer é que com os atentados de 11 de Setembro o imperialismo norte-americano encontrou o pretexto para desencadear a sua contra-ofensiva e para resolver algumas questões que estavam a atrapalhar muito a sua política externa.

– Estás a referir-te ao isolamento em que os EUA se encontravam?

– Ao isolamento crescente da administração norte-americana, ao desprestígio e à falta de autoridade de George W. Bush, absolutamente em contradição com os seus propósitos de hiperpotência, como alguns dizem. Refiro-me, nomeadamente, à grande oposição que suscitou o projecto da «guerra das estrelas»; a onda de críticas que a recusa de assinatura do Protocolo de Quioto motivou; o escândalo que constituiu o abandono, por parte dos EUA junto com o seu fiel aliado israelita, da conferência de Durban contra o Racismo e a Xenofobia; a recusa dos EUA em ratificar o Tribunal Penal Internacional (TPI)...

– Exactamente. Nós somos contra desde logo porque se trata de uma instância de tipo supra nacional, em relação à qual os países pequenos como o nosso serão sempre subalternizados dada a desfavorável correlação de forças actual.

As razões dos EUA são outras, como de resto afirmaram: simplesmente não admitem que leis de carácter internacional se apliquem a eles próprios. Voltando à questão anterior, cabe ainda referir a oposição dos EUA aos acordos ou protocolos sobre minas, armas químicas e biológicas, para além de muitas outras, que estavam a isolar a administração norte-americana mesmo em relação aos seus próprios aliados. Por tudo isto, os EUA sentiram necessidade de promover uma chicotada psicológica, que os acontecimentos de 11 de Setembro propiciaram, para procurar de novo reunir sob a sua hegemonia o campo dos seus aliados. Foi o que aconteceu. Temos o exemplo, para além das declarações dos Estados como sucedeu no caso português, da declaração conjunta da União Europeia/EUA, que é de alinhamento completo com a política agressiva dos EUA.

Os EUA aproveitaram pois estes acontecimentos, aproveitaram a imensa emoção provocada por eles, e fomentam essa emoção, utilizando desproporcionadamente toda a comunicação social e promovendo acontecimentos e falsos acontecimentos susceptíveis de criar medo, insegurança e inquietação, como foi o caso do anthrax, independentemente do que haja de verdade em tudo isso, para justificar a sua política agressiva.

– A nível interno, os EUA aproveitaram também o clima criado para levar a cabo políticas até há pouco impensáveis. Neste momento, assistimos não só a um aumento brutal do desemprego – um milhão de desempregados em 2001 –, como a um atentado às liberdades, tão caras aos norte-americanos...

– Sem dúvida. Uma primeira consequência do 11 de Setembro, que vale a pena sublinhar, tem a ver com a autoridade do presidente Bush e da sua administração. O que se passou com as eleições norte-americanas deve ficar como obra de antologia! Ora bem, com tudo isto, a administração subiu em flecha nas sondagens de opinião. Por outro lado, os EUA estavam já a viver um período de recessão... Creio que há aqui uma questão ideológica que importa assinalar. Desde o desaparecimento da União Soviética e do campo socialista na Europa foi propagada a ideia da bondade do capitalismo, da superioridade do capitalismo, e desenvolveram-se concepções que fizeram escola, segundo

as quais o capitalismo se podia desenvolver sem crises, sem grandes sobressaltos...

– O «fim da História»...

– Exactamente. Apresentou-se o capitalismo como algo que, não sendo perfeito, não tem alternativa e que é capaz por si mesmo de ultrapassar as suas contradições básicas e as suas crises cíclicas. Ora bem, temos a evidência de que isso não é possível. Com tudo isto, os EUA, utilizando os seus aparelhos mediáticos e ideológicos, procura escamotear as razões de fundo de uma crise que vinha de trás e procuraram mesmo induzir a ideia de que a crise e a recessão eram consequência do próprio 11 de Setembro.

“Creio que quem não tiver presente que por detrás da guerra contra o povo do Afeganistão estão os interesses económicos do grande capital e do imperialismo, não poderá compreender o que se está a passar.”

Por outro lado, há sem dúvida o aproveitar desta situação para resolver problemas em vários sectores económicos, e aí temos a questão do desemprego. Em dois meses foram 800 000 postos de trabalho eliminados, já vai num milhão, e vai continuar. Esse aproveitamento registou-se primeiro nos EUA, mas estendeu-se de imediato a todo o mundo capitalista, desde logo nas companhias aéreas. A outra questão que levantas é para nós uma questão fulcral: os ataques aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Primeiro também nos EUA, contra o próprio povo norte-americano com a adopção de todo um conjunto de medidas de excepção, embora dirigidas em primeira linha contra os estrangeiros e contra os nacionais de ascendência estrangeira, nomeadamente os de origem árabe. São medidas de extraordinária gravidade, que atentam contra os direitos, liberdades e garantias mais elementares, logo seguidas pela Grã-Bretanha, Canadá, União Europeia – e aqui pela mão do comissário português, António Vitorino –, com perigosos desenvolvimentos. Basta ver, no caso português, como se processou a alteração da Constituição para poder incluir medidas que vêm de fora, invocando justamente o combate ao terrorismo.

– Na actual situação, em que os EUA são a única superpotência, há quem defenda a necessidade do reforço da União Europeia (UE), designadamente do ponto de vista militar, para contrabalançar o poderio norte-americano. O que pensas disso?

– Há de facto quem defenda essa posição, incluindo entre forças de esquerda.

Nós temos outra opinião. Consideramos que o combate à superpotência norte-americana não deve passar pelo reforço ou pela constituição de uma outra potência como se está a verificar com a UE, que no plano económico, político, militar, judicial e da segurança interna está a adquirir cada vez mais um carácter de bloco imperialista, hegemónico pelos países mais poderosos da Europa. Consideramos que não é esse o caminho. Esse caminho conduz a uma espiral de guerra económica, de corrida aos armamentos, à criação de condições materiais propícias a perigosos conflitos,

incluindo de carácter militar que não podem descartar-se completamente enquanto o imperialismo existir.

– Um dos argumentos invocados para o reforço da UE é o de que, quando vivíamos num mundo bipolar, digamos assim, com a UE de um lado e a URSS do outro, apesar dos pesares a situação era em termos globais melhor do que aquela que vivemos hoje, com uma única superpotência que pode fazer o que quer...

– Naturalmente, mas aí tratava-se de uma situação de equilíbrio estratégico, global, entre dois sistemas sociais, que é fundamental ter em consideração. De um lado tínhamos o campo socialista, que com todas as críticas que possamos fazer ao «modelo» que conduziu à sua própria derrota, representava um contrapeso poderoso, não apenas ao imperialismo norte-americano mas ao imperialismo em geral. Desaparecido este contrapeso fundamental, afirmam-se com mais nitidez os impulsos exploradores, agressivos, expansionistas do imperialismo em geral, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano. É bom ter presente que num quadro sem dúvida contraditório, relativamente ao qual todas as simplificações são de evitar porque são perigosas, o que nós podemos verificar é que o Japão arma-se, militariza-se, e coloca como objectivo intervir no exterior, nomeadamente na esfera asiática. A Alemanha arma-se, militariza-se, está a intervir já abertamente nos Balcãs e a reivindicar uma participação activa, se possível de direcção, no próprio Afeganistão, hoje, e amanhã, quem sabe, no Iraque, na Somália, no Iemen, na Sria, no Líbano... Verificamos que alguns dos debates que estão em curso no plano internacional, nomeadamente entre a União Europeia e os EUA, têm justamente a ver com o problema das armas e da produção de armas cada vez mais mortíferas e sofisticadas. Trata-se do desenvolvimento

Contra o imperialismo A hora é de unidade e luta

do imperialismo em geral, naturalmente, mas de um imperialismo em que os EUA se procuram afirmar e impor aos seus próprios parceiros, aos seus próprios aliados. É necessário não esquecer que as outras grandes potências capitalistas estão aliadas com os EUA em sistemas económicos, políticos e militares bem definidos. O próprio Japão, no extremo oriente, tem com os EUA um acordo pouco conhecido, pouco divulgado — o tratado nipo-norte-americano —, recentemente revisto e aprofundado, que estabelece uma conexão militar muito estreita entre os dois países, naturalmente sob a direcção dos EUA. Esta distinção relativamente ao conteúdo da bipolarização anteriormente existente é fundamental. Creio que o caminho tem de ser outro, não pode ser o de cada vez mais armas e cada vez mais intervencionismo. Tem de ser o inverso. O caminho de tem de ser, nomeadamente no que respeita à União Europeia e a Portugal, o do desarmamento, da paz, de solução política dos diferendos.

— E isso não seria mais fácil se houvesse uma Federação Europeia?

“Os EUA sentiram necessidade de promover uma chicotada psicológica, que os acontecimentos de 11 de Setembro propiciaram, para procurar de novo reunir sob a sua hegemonia o campo dos seus aliados.”

— O que seria desejável era a aplicação integral da Acta Final de Helsínquia — cujos princípios envolvem aliás os próprios EUA e o Canadá, para além dos actuais países da UE, os países de Leste da Europa, a Rússia e os novos países resultantes da ex-URSS — e o funcionamento da Organização de Segurança e Cooperação Europeia de acordo com os seus princípios. O que acontece é que esta organização está a ser completamente esvaziada do seu conteúdo original e até, de alguma maneira, a ser transformada num instrumento do imperialismo e em parte da própria NATO. Somos contrários a uma tal situação.

Como, a partir de Janeiro, Portugal preside à Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), o nosso colectivo não deixará de chamar a atenção, na medida das nossas possibilidades, para que o fortalecimento desta Organização, de acordo com os princípios da Carta de 75, é de grande importância para assegurar um mundo de paz, amizade e cooperação.

— Passando do campo do que devia ser para o campo do que é, o que verificamos é que tanto a OSCE como a própria ONU estão submetidas aos interesses norte-americanos...
— É verdade, mas é necessário lutar nos diferentes países, nomeadamente nós em Portugal, para que a política dos respectivos governos em lugar de ser uma política de acompanhamento, de submissão e quanto muito de rivalidade face aos EUA seja pelo contrário uma política de resistência, de oposição e de defesa do desarmamento.

Tomemos por exemplo toda a questão do desarmamento nuclear. É uma questão que está a ser banalizada, a ser assumida como uma questão natural. Hoje a nível oficial quase se não fala do desarmamento nuclear. Refiro-me naturalmente aos governos da UE e dos EUA. O objectivo de liquidação das armas nucleares, o objectivo de liquidação e proibição de todas as armas de destruição massiva foi abandonado com o desaparecimento da União Soviética e do campo socialista. Hoje, pelo contrário, o que se está a fazer é a reanimar toda essa política de corrida aos armamentos, o que é extremamente perigoso.

— E a tal nova ordem que os EUA pretendem impor ao mundo...

— Exactamente. É uma ordem hegemonizada pelos EUA, ao serviço do grande capital, de cariz totalitário. Os ideólogos do capitalismo não o escondem, dizendo que o mundo não é governável sem que esta grande potência, a única hoje existente, cumpra «a sua missão». Isto é de uma gravidade extrema.

O que nós dizemos é que esse objectivo ainda não está alcançado e que ainda há espaço de luta, incluindo no campo das Nações Unidas. Algumas batalhas que têm sido travadas, opondo as grandes potências capitalistas aos países do Terceiro Mundo, indicam isso mesmo. Por exemplo, a recente resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a questão palestina obrigou uma vez mais os EUA a recorrer ao direito de veto, o que denuncia o seu isolamento. Esta nova ordem, este domínio total, esta manipulação sem limites das grandes organizações internacionais por parte dos EUA ainda não é uma realidade. Mas é um movimento que se está a processar, que se perfila no horizonte e que poderá ser realidade se não for detido e invertido.

— E há força para o fazer?

— Uma nova situação mais favorável às forças da paz e do progresso social, uma nova situação em que o grande capital e os seus intuídos exploradores e agressivos possa ser contida, limitada, embora ainda não superada, exige uma nova correlação de forças a nível mundial. Essa nova correlação de forças só pode ser criada pelo desenvolvimento da luta e a concretização de processos de transformação progressista e revolucionária, em diferentes países e regiões do mundo, em termos que não são previsíveis em concreto.

Nós relativamente a isso o que dizemos é que estes últimos dez anos que foram dados como da «morte do comunismo» e da morte das forças que se opõem ao capital, foram anos em que nem os trabalhadores nem os povos deuseram as armas da luta em nenhuma parte do mundo. Continuaram a resistir e a lutar, e podemos dizer — embora não se possa falar de novo ascenso da luta de emancipação nacional e social — que essa resistência se alarga e cresce um pouco por todo o lado, tendo até expressões novas interessantes, como as acções antiglobalização como a que teve lugar em Génova.



Pensamos que a nova correlação de forças e a capacidade para inverter o rumo passa pelo desenvolvimento das lutas em geral. Ao contrário do que pensam alguns sectores e até membros do nosso Partido, os tempos que temos por diante são tempos de dura luta e de grandes confrontos anti-imperialistas. Vai passar por aí, necessariamente, como a História demonstra, a criação de uma nova correlação de forças que permita pôr termo a este processo de ofensiva do capital que actualmente está em curso.

— Nestes novos movimentos que estão a emergir o papel dos partidos não é muito determinante. Que leitura podemos fazer deste facto?

— O que podemos dizer relativamente a estes processos é que eles exprimem o estreitamento da base social e política de apoio do capitalismo. Exprimem a entrada na luta de novas camadas e sectores da sociedade, nomeadamente camadas intermédias, sectores intelectuais, juventude, sem estar a pretender estar aqui a estabelecer um quadro rigoroso, porque se trata de um movimento em marcha, muito heterogéneo, em que participam sectores que têm objectivos revolucionários, de transformação socialista da sociedade, ao lado de outros sectores que apenas colocam objectivos limitados, como a anulação da dívida externa, a taxa Tobin...

Naturalmente que num movimento com tais características e no quadro da correlação de forças actualmente existente há uma grande discussão, uma intensa luta ideológica no interior das próprias acções e das próprias iniciativas que vão sendo desenvolvidas. Nada mais natural. Verifica-se, nestes movimentos, de um lado um esforço no sentido do seu desenvolvimento claramente anti-imperialista, e do outro no sentido de os transformar em movimentos de apoio às tais políticas neo-keynesianas de que falei no início, que alguns sectores da social-democracia pretendem implementar.

Essa luta existe, é uma luta política, de ideias, e nós estamos nela. Pensamos que é importante dar força a tais processos, sem que os partidos comunistas e as forças revolucionárias se diluam neles e mantenham os seus objectivos próprios.

— O aparecimento destes movimentos deve-se ao facto de vivermos num período de regressão democrática ou à incapacidade dos partidos em dar resposta aos problemas?

— É inevitável que, perante o debilitamento das forças progressistas e revolucionárias em geral e dos partidos comunistas e do movimento comunista internacional em particular, avancem outras forças. Isso está a acontecer agora, tal como aconteceu noutros períodos da História. É importante lembrar, no entanto, que a luta anti-imperialista não se exprime principalmente através destes movimentos, por mais importantes que sejam. Certos aspectos destes movimentos têm sido altamente mediatizados, quer pela sua natureza

quer pela sua novidade, e até no quadro da tal luta ideológica de que falávamos. Neste contexto, aparecem movimentos que exprimem uma certa desafeição e desencanto pela democracia, que procuram outras formas de intervenção, algumas delas erradas, na medida em que, por exemplo, põem de lado a questão da luta pelo poder político...

Isto tem que ver sem dúvida com a regressão do sistema representativo liberal burguês...

— E qual é a alternativa?

— Estes movimentos não constituem nem a única nem a principal expressão da luta contra a globalização imperialista. A principal forma de luta é a que travamos aqui, em Portugal, e que se trava na Palestina, na Colômbia, na Argentina, no Chile, em todo o mundo, e que não tem que ver com a chamada «agenda anti-mundialização». É uma luta contra a exploração, contra a opressão, contra o neoliberalismo, contra o capitalismo, contra o imperialismo, uma luta em que estão envolvidas as forças progressistas e que se desenrola ao longo do tempo.

— Estão anunciadas novas intervenções...

— Fala-se em vários países onde isso pode ocorrer, sempre a pretexto da luta contra o terrorismo, e mais concretamente a pretexto de dismantelar a rede de Bin Laden ou de o apanhar. Mas não é só esse anúncio o que mais inquieta. Para além de qualquer nova aventura intervencionista anunciada e desejada, o que se está a pôr em prática é na verdade uma nova ordem internacional, uma nova maneira de reger as relações internacionais, uma nova maneira de conceber todo o quadro internacional...

— Não há também um redesenho do mapa do mundo? Olhamos para as últimas intervenções norte-americanas e vimos a balcanização a crescer. Não é só o caso da antiga Jugoslávia, é também o Iraque, vamos a ver se não será igualmente o Afeganistão...

— De facto, há uma linha política e ideológica de desvalorização do papel do Estado Nação. O que está na mira do imperialismo em geral é o dismantelamento das fronteiras nacionais de modo que as mercadorias e o capital possam circular livremente, ficando quando muito os governos como gestores de toda uma política

determinada pelas organizações internacionais visando o objectivo do máximo lucro das grandes multinacionais. Desde logo isso significa um profundo redesenho do mapa-mundo. Depois, há sem dúvida um processo que nós temos designado por reconolização. Se isso passar por fragmentar os Estados, dentro da velha política de dividir para reinar e para enfraquecer a oposição à política imperial em geral, certamente que será tentado. De qualquer forma, falando dos países existentes, particularmente dos grandes países com importância no plano regional, parece estar efectivamente em marcha um processo de rearrumação de forças no sentido favorável ao imperialismo.

— O que se está a passar relativamente à Rússia, por exemplo?
— Exactamente. O que é muito inquietante. A Rússia tem realizado a política que conhecemos desde Ieltsin; Putin segue no fundamental a mesma política de classe, e no respeitante a uma política de tipo nacional está a defraudar as expectativas, nomeadamente do Partido Comunista da Federação Russa, que como é sabido é a maior força política na Rússia... No plano interno, no que diz respeito à política económica, Putin continua na mesma linha de privatizações, de abertura ao capital estrangeiro, de desnacionalização da terra, medidas que são do mais alto alcance económico e político para o futuro. Mas voltando à questão da rearrumação de forças, há outro exemplo: a Índia. Neste momento arrastam-se espadas entre a Índia e o Paquistão, curiosamente quando os EUA estão a intervir na região, e curiosamente entre um regime de ditadura que apoiava os talibãs e o primeiro governo fundamentalista hindu desde há muito tempo (um governo que levou a Índia pela primeira vez na sua história a abandonar a política de não alinhamento que tem sido a sua, apoiando os EUA na agressão contra o Afeganistão). O que se passa relativamente à Índia, com este governo e nesta conjuntura, pode indicar também o perigo deste país abandonar a política de paz e desarmamento seguida independentemente dos diferentes governos que teve e que fez dela um bastião do Movimento dos Não Alinhados.

— E quanto à China?

— A China é sem dúvida um elemento particularmente importante em todo este processo. Há que acompanhar de perto a situação, tanto mais que no respeitante à agressão ao Afeganistão e à guerra na Ásia Central importa não esquecer que a China tem fronteira com o Afeganistão, embora muito pequena e montanhosa. Não duvidemos que sobre a China estão a ser exercidas, externa e internamente, fortes pressões. A China é reconhecidamente um dos alvos fundamentais da política externa norte-americana. Recorde-se o bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado, que hoje é sabido ter sido um bombardeamento calculado, propositado para medir a reacção da China; recorde-se o acidente do avião espião norte-americano e as suas consequências; é bom lembrar todo o gravíssimo contencioso que existe com a Formosa, que está a ser fortemente armada; é importante ter presente que o tratado nipo-norte-americano, voltado para o Pacífico, visa também de algum modo a própria China; e a questão do Tibete e de certas minorias que se agitam e são agitadas do exterior... A China é, como reconhecem numerosos especialistas, um factor de perturbação e contenção dos objectivos de hegemonia planetária dos EUA...



— Mas simultaneamente temos a China a ser admitida na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a desempenhar um papel extremamente importante na economia mundial...

— Sem dúvida. A China é um factor incontornável da situação mundial, nomeadamente no plano económico. São conhecidas as análises que dão a China, a manter-se o seu ritmo de desenvolvimento, como uma das maiores potências em meados deste século. Não se pode iludir a importância da China no plano mundial, como não se pode deixar de reconhecer o carácter complexo e por vezes contraditório de processos que se desenvolvem seja no quadro da política interna chinesa seja no quadro da OMC e das suas relações internacionais.

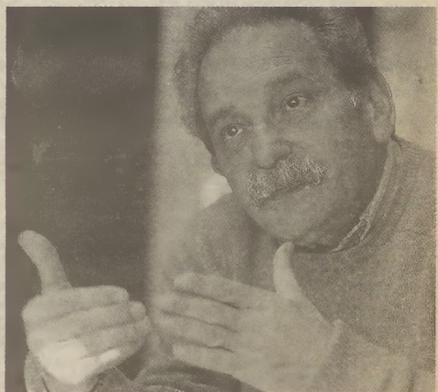
— Chegados a este ponto, com este panorama, que perspectivas temos para o futuro?

— Seja no plano nacional seja a nível internacional há uma perspectiva clara: a necessidade de unir forças contra esta política agressiva do imperialismo norte-americano e de outras grandes potências que visa impor ao mundo uma nova ordem institucional e jurídica contra os trabalhadores e contra os povos; uma nova ordem que visa impedir a realização de objectivos emancipadores pelos quais se batem não apenas os comunistas mas muitas outras forças revolucionárias, progressistas e de esquerda por esse mundo fora.

Particularmente no que diz respeito à luta pela paz, pelo desarmamento e de solidariedade internacionalista, o PCP pensa que é necessário, com persistência, dar-lhe um novo e vigoroso impulso. É uma frente de luta que se enfraqueceu nos últimos anos, mas que se começa a revitalizar, incluindo nalguns movimentos ditos antiglobalização que colocavam fora do seu horizonte e dos seus objectivos a questão da luta pelo desarmamento, contra a guerra e contra o imperialismo, e que agora começam alguns deles a ver que aos objectivos de carácter económico é necessário juntar objectivos de carácter político, e que o sentido dessa intervenção, independentemente de objectivos mais imediatos, acaba por ser de carácter anticapitalista e anti-imperialista. É absolutamente necessário pôr na ordem do dia a liquidação das armas nucleares. A banalização da arma nuclear e do seu uso é uma das questões mais graves com que hoje nos defrontamos. Não me refiro apenas aos chamados inquiridos nos EUA que dão uma maioria da opinião pública a dizer que é necessário usar a arma nuclear; refiro-me ao facto de, como sucedeu ainda agora no Paquistão, responsáveis não identificados, dizerem ser natural o recurso a armas não convencionais, ou seja nucleares, no conflito com a Índia. Isto é dito e divulgado sem qualquer comentário crítico, o que é extremamente grave.

— Como grave parece ser o que se está a passar em Tora Bora, no Afeganistão...

— Em toda esta questão de Tora Bora há muito mistério para decifrar. O mínimo que se pode dizer, como alguns jornais começaram a dizer nos últimos dias, é que estão a ser efectuadas experiências. Não direi que são necessariamente experiências com armas nucleares, mas são de qualquer forma com armas que, tudo indica, estarão muito longe de obedecer aos requisitos mínimos das convenções internacionais. É a luta por estes objectivos de paz e desarmamento que pode conduzir ao combate ao terrorismo, mesmo ao terrorismo dito biológico. O fabrico e utilização de armas biológicas tem



de ser proibido, bem como de outras armas químicas e de destruição massiva.

Por tudo isto é necessário desenvolver um amplo movimento que ultrapasse as fronteiras de classe e barreiras políticas entre partidos que podem no plano de outros objectivos imediatos estar em oposição.

Um outro aspecto, intimamente relacionado com este, é a solidariedade internacionalista com os povos em luta.

— O que nos remete de imediato para a Palestina...
— Com certeza. É necessário erguer um amplo movimento de solidariedade com esse povo que está a ser submetido a um dos mais criminosos terrorismo de Estado que a História regista, porque é cínico, porque é cruel, porque é sofisticado, porque pretende legitimar-se com a chamada democracia israelita, mas que de facto torna a Palestina ocupada numa terrível prisão e num terrível campo de morte. O que está a ser feito por Ariel Sharon e pelos seus aliados trabalhistas em Israel merece a indignação e a condenação de todos os povos.

Será também erguendo grandes movimentos de opinião, de solidariedade com tal ou tal povo vítima de agressão, que será possível obrigar o imperialismo a recuar. Não devemos esquecer, para não irmos mais longe, a guerra do Vietname. É este caminho da organização persistente do movimento pela paz e da solidariedade internacionalista que é preciso seguir, articulando-o naturalmente com outras frentes do nosso trabalho. Falando em Portugal, articulando-o com a preparação das eleições de forma a conseguirmos um bom resultado para o nosso Partido e para a CDU, condição indispensável à alternativa de esquerda por que lutamos.

— Há quem defenda a necessidade de uma resposta global à globalização, em vez duma alegada dispersão de esforços a nível de cada país...

— A nossa posição sobre isso é muito clara: nada pode substituir a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos no quadro do seu próprio país. Simultaneamente, na época que vivemos de uma intensa internacionalização dos processos produtivos e outros, de globalização imperialista, é absolutamente necessário intensificar as acções de cooperação e de acção comum dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo. Neste aspecto há um atraso que encerra perigos. Pelo nosso lado, faremos o que estiver ao nosso alcance para ultrapassar esta situação.

Manoel
de Lencastre

Um bom exemplo para os portugueses...
se quiserem pensar duas vezes...

Imperialismo arrasta a Argentina para o caos, o desespero, a ruína

A falência da Argentina (dívidas de 132 000 milhões de dólares) é a maior de sempre. O grande país sul-americano suspendeu pagamentos e começou a negociar a organização de reuniões de credores a todos os níveis, mas perante a quase indiferença destes porque já quase todos tinham retirado o equivalente aos valores investidos sob formas diversas: lucros, juros, prémios, despesas. Não surpreendeu o facto de terem sido mínimas as repercussões do monumental acontecimento, nos meios do mercado. Todos estavam preparados desde há anos como este jornal tem observado.

O novo presidente (temporário), Adolfo Rodríguez Saa, foi lesto em acentuar que a falência era transitória (?) e que as somas retidas pelo não pagamento aos credores seriam aplicadas na criação de um milhão de novos empregos e em programas de ajuda aos pobres. Mas o dinheiro, simplesmente, não existe. Por razões várias. Os derradeiros 900 milhões de dólares desviados do circuito interno por Domingo Cavallo foram parar aos

bolsos dos credores estrangeiros no passado dia 14 de Dezembro. O então ministro da Economia alimentava a vã esperança de que o FMI, feito aquele pagamento, lhe adiantaria 1,5 mil milhões de dólares, o que não aconteceu e jamais aconteceria.

Os círculos do grande capital internacional conheciam melhor do que os próprios argentinos o fosso para onde o país de Belgrano e San Martín estava a res-

valar. Por isso, era com sorrisos de circunstância que recebiam as habituais declarações do velho favorito, Domingo Cavallo: «A Argentina não deixará mal os seus credores. Pagará as suas dívidas até ao último peso». Mas, Cavallo, o vencedor da inflação, o criador da estabilidade à custa do sangue das massas populares argentinas em 1991, estava derrotado. As suas receitas, sempre no âmbito do capitalismo, tinham desta vez falhado.

Tortura financeira

A recessão argentina prolongava-se desde há quatro anos. Cavallo prescrevera medidas drásticas de austeridade, apertados controles financeiros e, por último, restrições ao levantamento de fundos depositados nos Bancos. Mas, com a sua «gloriosa» política de paridade com o dólar (um peso=um dólar) não podia evitar a criminosa especulação verificada, a fuga de largos montantes para o estrangeiro, a retenção fora do mercado nacional dos valores correspondentes às exportações do país, coisa de que se encarregaram os magnatas do comércio externo cujas relações no aparelho do Estado eram íntimas e promíscuas.

Agora, por mais que reafirmassem que um peso valia um dólar, já ninguém aceitava tal fantasia e a corrida aos Bancos começou. Certos «patriotas» começaram a sugerir a dolarização da economia argentina. A convertibilidade da moeda nacional estava em ruínas. Aquela sugestão poderia, é certo, dar lugar a alguma estabilidade, mas de curta duração devido à impossibilidade de corrigir os desequilíbrios orçamentais. A economia de altos

custos tornar-se-ia menos competitiva. Alternativamente, libertar o peso da sua mortal ligação paritária ao dólar, abriria de novo as portas à inflação embora pudesse oferecer esperanças de algum crescimento futuro. Tudo isto, claro, segundo as receitas do capitalismo. Mas a Argentina precisa de um empurrão mais ou menos violento noutras direcções da economia...

Cavallo, que organizara o pagamento de 12 000 milhões de dólares a credores estrangeiros durante o ano de 2001 teve de aceitar o fim da sua carreira e o confisco do seu passaporte. Logo depois, o próprio presidente, Fernando de la Rúa, era, também, forçado a demitir-se. O povo estava nas ruas. Para matar a fome, iniciara o saque a estabelecimentos comerciais. As operações policiais ordenadas por de la Rúa tinham tirado a vida a 26 pessoas. Quem tinha ilusões em Buenos Aires? Só, possivelmente, Adolfo Rodríguez Saa. Ninguém mais.

Estes textos foram escritos antes da inesperada demissão de Adolfo Rodríguez Saa. A mudança de presidente em nada altera a análise feita à situação que se vive na Argentina.

O novo presidente

Adolfo Rodríguez Saá tem 54 anos, é advogado de profissão. O seu populismo conduziu a que o alcançassem de «El Adolfo». Declarou à Câmara dos Deputados: «Os argentinos pedem mudanças. Estou aqui, hoje, para aceitar esse desafio». Critos da grande maioria dos representantes do povo: «Argentina! Argentina!». Todos os salários, segundo afirmou, ficam sujeitos a um tecto máximo de 3.000 dólares mensais (540 contos), incluindo o seu. O avião presidencial será vendido. O mesmo quanto aos automóveis oficiais usados pela Função Pública argentina.

Adolfo é dos negócios de supermercados. Sabe, perfeitamente, portanto, os motivos centrais da fome no seu país – a apropriação dos recursos produtivos pela oligarquia e a dos meios financeiros pelo imperialismo. Homem jovial, fala com energia. Foi governador da província de San Luís, um território desértico, durante 18 anos. Aí, aproveitando as condições do mercado internacional quando em expansão, abriu as portas à «nova economia» e transformou a sua província num «ciber-centro» que poderia oferecer possibilidades e deu ao governador aquilo que, essencialmente, pretendia – publicidade. Nesta conjuntura, presidiu a campanhas de construção de casas para pobres e de obras em todo o parque escolar provincial.

Mas o escândalo bateu-lhe à porta em 1993. Foi raptado e filmado no exercício de práticas sexuais com uma das suas secretárias, Esther Sesin. Os raptos agrediram-no, brutalmente.



As Mães da Praça de Maio exigem a libertação de todos os presos políticos e sociais detidos durante a onda de violência registada nas últimas semanas na Argentina

O desenvolvimento da crise

Com 14 milhões de pobres e 4 milhões de desempregados, a Argentina gravitava à beira da catástrofe. As pensões de reforma tinham sido reduzidas em 13%. O funcionalismo público deixara de receber. Facultavam-lhe pagamentos por conta, mas... em vales. Os mais vulneráveis, os idosos, os pobres, os doentes, os de precário emprego, a juventude, sofriam na alma, no coração, no estômago, a brutalidade das medidas decretadas pelo presidente de la Rúa e pelo ministro da Economia, Domingo Cavallo.

De repente, o governo anunciou que procederá a um aumento dos impostos para realizar mais 4000 milhões de dólares, e a cortes nas despesas públicas que ascenderiam a 7000 milhões de dólares. Cada família argentina teria de garantir às finanças públicas mais 2500 dólares por ano. E isto significava mais gente atirada para o desemprego, mais pagamentos suspensos no domínio das reformas e das pensões, mais cortes nos serviços sociais e no sector da Educação. O governo esperava continuar a pagar dívidas ao estrangeiro ainda que, para tal, tivesse de continuar a sacrificar a nação argentina até ao limite das suas possibilidades.

Exausta a paciência, apertado por carências jamais experimentadas, o povo argentino avançou para as ruas na quarta-feira, 19 de Dezembro, e começou a invadir estabelecimentos de produtos alimentares e outros, demonstrando rancor por aqueles que o exploram. Em Buenos Aires, marchou sobre a Plaza de Mayo. Os supermercados franceses, «Carrefour» e «Auchan», foram particularmente visados. Mas, no delírio próprio dos capitalistas quando apanhados na crise, o espanhol César Alierta, presidente da «Telefónica», declarava, cinicamente: «Já estávamos a contar com isto. Mobilizámos reservas para enfrentar o aumento das contas de telefone que os argentinos vão ficar a dever-nos...»

Miguel
Urbano
Rodríguez

Para onde vai a Argentina?

A explosão social na Argentina não foi uma surpresa. Era esperada. Vinha amadurecendo há meses. O último pacote de Fernando de la Rúa desencadeou a cólera das massas. Buenos Aires tornou-se durante dias sucessivos o gigantesco palco de cenas de fúria popular que reavivaram no Continente a memória do Bogotazo de 48 e do Caracazo de 88. Mas a história não se repete.

Enquanto na Colúmbia oligárquica e na Venezuela de Carlos Andrés Pérez os responsáveis pela revolta popular conseguiram, em contextos históricos diferentes, afogar em sangue os protestos de natureza insurreccional contra actos e políticas de governos corruptos, De la Rúa foi forçado a renunciar à Presidência. Era um presidente totalmente submisso à vontade dos EUA, sucedendo a outro, também laçao e com perfil de mafioso.

A crise argentina cujo desfecho, para além do circunstancialismo das soluções constitucionais, é imprevisível, fez soar o alarme em Washington.

O medo provocado pelo «estallido porteño» foi tamanho que a primeira reacção da Casa Branca chocou pela burrice. Os conselheiros do presidente andam tão preocupados com as incógnitas da segunda fase da cruzada afeçã que, falhos de imaginação, puseram na boca de George Bush um comentário que sus-

citou simultaneamente a indignação e o riso não apenas dos argentinos mas de toda a América Latina.

O presidente dos EUA sugeriu ao futuro governo de Buenos Aires que «colabore com o Fundo Monetário Internacional na procura de fórmulas que ajudem a Argentina a sair da actual crise.»

Para cúmulo, o porta-voz de Bush, Al Fleischer, ampliando a sugestão presidencial, acrescentou ser desejo do seu chefe ver «o FMI ajudar mais uma vez a Argentina a optar por soluções que a conduzam ao desenvolvimento económico sustentável.»

Ocorre que a catástrofe do país resultou precisamente da imposição da política de ajuste do FMI, aplicada com inflexível rigidez pelo ex-ministro Domingo Cavallo, agora protegido da cólera popular por destacamentos da polícia armados até aos dentes, tal como a embaixada dos EUA.

Argentina! De Solis, Mendoza, Garay,
De húmidos, vastos territórios,
Hispanicos, cristãos, de marinheiros,
Com sede perdidos na distância.

Tu, que orgulhosa, vês no Uruguai,
Terreno de combates ilusórios
Erguendo-se entre ti e os brasileiros
Em forte estilo de beligerância.

Tu, que para tanto sofrer nasceste,
Aos lagos andinos costas voltaste
Crendo-te europeia e chuvosa,
Mãe espanhola, grega, italiana...

De violência e doçura a vida fizeste,
Em anos de lágrimas te encontraste.
E no teu âmago, terra espantosa,
Geraste a mulher sul-americana.

(Estâncias 80 e 81, Canto 2 - Épocas Portuguesas,
Autor desconhecido)



Para onde vai a Argentina?

Situação pré-revolucionária

A Argentina viveu na segunda quinzena de Dezembro uma situação pré-revolucionária. Uma daquelas situações em que, na definição de Lenine, os de cima já não conseguem impor a sua vontade aos de baixo embora estes não estejam preparados para tomar o poder.

Estavam reunidas as condições objectivas e subjectivas para uma ruptura do sistema. Ela não se produziu somente pela ausência de uma força política ou partido capaz de dirigir as massas, mobilizando-as em torno de um projecto alternativo, revolucionário. O Exército, tradicionalmente golpista, permaneceu passivo; apavorado com a crise económica não sentiu a tentação do assalto ao poder, porque não sabia como o exercer.

Os temores de Washington têm fundamento.

As lições a extrair dos acontecimentos da Argentina justificam a inquietação por eles provocada no coração do sistema de poder imperial.

Num momento em que a Casa Branca desenvolve grandes esforços para remover a resistência crescente à implantação em 2005 do ALCA como projecto de recolonização da América Latina sob a égide dos EUA, o «estallido» argentino é interpretado nos países a sul do Rio Bravo como a demonstração mais convincente do fracasso absoluto das políticas neoliberais. A Argentina foi nos últimos anos a cobaia e a vitrina do modelo que Washington pretende aplicar na totalidade do Continente. Uma cobaia tão dócil que até renunciou à

soberania monetária para adoptar o dólar. Foi privatizado tudo o que sobrava das privatizações anteriores.

O resultado das soluções do FMI e do Banco Mundial está a vista.

Num país que há sessenta anos se orgulhava de ser o sexto mais rico do mundo, com uma classe média cujos padrões de vida eram comparáveis aos das suas congéneres da Europa Ocidental, uma grande parte da população vegeta hoje na pobreza. A dívida externa *per capita* é a maior do mundo. O desemprego um flagelo.

A Argentina é um país enorme (2 800 000 km²) e riquíssimo em recursos naturais. Tem petróleo, minérios e a sua indústria foi por muito tempo um modelo para a América latina.

Durante mais de um século a Argentina exportou carne e trigo. Era o celeiro da América e na imensidão da pampa húmida pastavam dezenas de milhões de vacas e ovelhas. Hoje o povo tem fome e saqueia os supermercados em busca dos alimentos que não pode comprar com salários de miséria.

Não foi somente na capital que a violência assumiu níveis nunca antes registados. Em todas as grandes cidades do país, de Cordoba a Mendoza, de Tucuman a Mar del Plata, de Neuquen a Rosario o povo saiu às ruas para exigir a renúncia de um presidente odiado e do seu séquito de ministros comprometidos com o ajuste de cores norte-americanas. «Hijo de la mala madre» e «cobarde» bradava a turba enfurecida, insultando De la Rúa; a Cavallo, de «hijo de puta» para cima.

Rodolfo Rodriguez Saá, o presidente interino que entretanto se demitiu, decidiu suspender o pagamento da dívida externa argentina



De nada valeu o Congresso, a toque de caixa, ter anulado as leis que reduziram os salários e as reformas. Era tarde. O povo desconheceu o estado de sítio. Os carros de água, as cargas de cavalaria, os gases lacrimogéneos, as prisões a oito, os espancamentos selvagens, enfim, a brutal escalada repressiva que semeou de cadáveres as ruas e os acessos aos supermercados não foram desta vez barreira suficiente para conter a vaga torrencial da revolta popular.

A adesão à greve geral traduziu a disponibilidade das massas para a luta.

Nas multidões em revolta era identificável um espírito revolucionário — sublinharam os próprios correspondentes das cadeias de televisão dos EUA.

Não haverá, porém, revolução na Argentina, por incapacidade de mobilização organizada do potencial revolucionário das massas. Sem partido ou movimento revolucionário forte, com implantação popular, sem um projecto alternativo, não há revolução possível. O presidente da transição é Adolfo Rodriguez. Governador da Província de San Luis, reeleito em quatro mandatos sucessivos, fez muitas promessas. Mas não as poderá cumprir. A democracia representativa argentina é uma farsa. Temos a prova disso no facto de Menem,

líder do Partido Justicialista e um dos grandes responsáveis pela tragédia do país, já ter anunciado que será candidato à Presidência nas eleições de 3 de Março.

O susto não acabou em Washington.

A rebelião das massas argentinas foi um golpe muito duro na estratégia norte-americana para o Hemisfério. Como se não bastasse o desafio da Venezuela bolivariana em defesa da sua soberania, no momento em que a Administração Bush tira conclusões da impotência do Estado oligárquico de Bogotá na luta contra as FARC - Exército Popular da Colômbia — neste começo do século que desmente a teoria do fim da história — o que está a passar-se na Argentina teve o efeito de uma cascata de água gelada a despenhar-se na arrogância imperial dos EUA.

O rumo que a história seguirá nos próximos meses na pátria de San Martin é imprevisível, tantas são as incógnitas do qual dependerá. Mas até em Washington os homens do presidente reconhecem que o espírito revolucionário permanece bem vivo na América Latina.

Estes textos foram escritos antes da inesperada demissão de Adolfo Rodriguez Saá. A mudança de presidente em nada altera a análise feita à situação que se vive na Argentina.

A direita venezuelana saiu tosquiada

A Venezuela bolivariana suportou no mês de Dezembro uma formidável ofensiva das forças políticas e económicas que se opõem ao processo revolucionário em curso.

A campanha, que apresentou facetas inéditas, foi concebida com muita antecedência e o ataque principal executado de acordo com um plano minuciosamente estudado. Rios de dinheiro foram investidos na sua montagem.



Desta vez a iniciativa não partiu da Accion Democratica, mas da Fedecamaras, a Federação das Câmaras de Comércio, a mais poderosa organização do patronato venezuelano.

A direita procurou inovar. Objectivo: paralisar o país através de uma iniciativa definida como greve geral do comércio.

Mas desde o início ficou transparente que a Fedecamaras não conseguiria obter o apoio dos trabalhadores. Fez o que estava a seu alcance: organizou um gigantesco *lock out*. Fixada a data, o 10 de Dezembro, os *mass media*, controlados na sua quase totalidade pelo grande capital, esforçaram-se, através de um intenso bombardeamento mediático, por persuadir o país de que a paralisação era justíssima e que, por isso mesmo, contava com a simpatia do povo. Mentia.

Numa tentativa de neutralizar, senão conquistar, sectores privatizados de serviços de interesse público, os empresários decidiram que o salário seria integralmente pago aos trabalhadores que paralisassem. O facto de o dia escolhido ser uma segunda-feira transformava o espaço do *lock out* num prolongado fim-de-semana.

Mas o carácter contra-revolucionário do movimento metia-se pelos olhos adentro. A Fedecamaras exigia a revogação de nada menos que 49 leis promulgadas por Chavez e que sintetizam o programa e o espírito da revolução bolivariana.

Obviamente, o Governo não cedeu. Definindo a actual oligarquia como continuadora da que sabotou a obra revolucionária de Bolívar, Chavez não mastigou as palavras: «Agora mais do que nunca essas leis são necessárias. Estão enganados os

oligarcas. Agora vão saber o que é bom porque vamos apertar as porcas. Ninguém vai parar isto.»

O Presidente apercebeu-se de que era indispensável tirar a iniciativa das mãos do adversário. E organizou a contra-ofensiva em múltiplas frentes.

A Fedecamaras tinha preparado para o dia 8 um grande desfile de apoio à paralisação. O Governo respondeu convocando uma contramanifestação. Os comerciantes não estavam preparados para a situação criada. Permaneceram nas suas casas. O desfile da Fedecamaras foi um fiasco. Entretanto, muitos milhares de trabalhadores saíram às ruas de Caracas, repudiando o *lock out* e expressando o seu apoio às leis revolucionárias.

No dia 10 a ambiciosa manobra contra-revolucionária não atingiu os objectivos fixados. Como era inevitável, o patronato manteve encerrados os centros comerciais, os supermercados e milhares de estabelecimentos. Cantou vitória.

Mas nem a solidariedade militante dos grandes canais de televisão, das rádios e dos dois diários de circulação nacional pôde esconder o que se passara. O «metro» de Caracas funcionou normalmente, bem como o fundamental do sector de transportes, incluindo os taxistas, permitindo que os trabalhadores da Função Pública, dos hospitais, das indústrias petrolíferas, e dos estabelecimentos de ensino do Estado se dirigissem aos seus locais de trabalho. Muitos restaurantes e pequenas lojas, apesar das ameaças, também abriram as suas portas.

A derrota de sabor mais amargo para a direita resultou de uma iniciativa de Chavez. O Presidente não somente reafirmou

a sua decisão de aplicar as polémicas 49 leis contestadas pela Fedecamaras e pelo grande capital em geral, como marcou para o dia 10 a assinatura da Lei das Terras, um diploma que desesperou a oligarquia, porque atribuiu poderes ao Estado para expropriar as fazendas por ele definidas como improdutivas, ou seja não cultivadas.

O afluxo a Caracas de milhares de famílias camponesas que vieram expressar o seu apoio à Revolução numa jornada de ressonâncias bolivarianas, contribuiu muito para esvaziar o impacto político da paralisação da Fedecamaras. Novamente milhares de pessoas condenaram nas ruas o desafio da direita.

Dias depois, discursando num comício gigantesco comemorativo do 171 aniversário da morte de Simón Bolívar, Chavez, num inflamado improviso de três horas, afirmou que este ano será o da consolidação da Revolução Bolivariana e exortou o povo «a defendê-la rua por rua, bairro por bairro, cidade por cidade», até que rompa «as cadeias que o oprimiram durante séculos».

A direita venezuelana foi à procura de lá e saiu tosquiada.

Fidel Castro encontrava-se na Venezuela, no dia 10, participando da Cimeira da Associação de Estados do Caribe. Interrogado pelos jornalistas sobre o significado da jornada, declarou: «O Movimento Bolivariano está no campo de batalha e há coisas que estão a ser defendidas». Acrescentou invejar Chavez «porque está a viver momentos históricos e esses são os momentos mais felizes que pode viver um revolucionário».

M.U.R.

VIAGEM AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro - Angra dos Reis e Cabo Frio - Búzios
5 a 13 de Outubro
(data prevista)
promovida pela
**Comissão Concelhia
de Almada**

(Inscrições e informações: Cam.
Artur Cabrita, tel. 212752777)

2002 1.º de Maio em Cuba

De 29 de Abril e 11 de Maio 2002
Visitas a Havana, Arroyo Naranjo, Soroa, Valle Viñalles, Guamá, Aldeia Taina, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios e Varadero
Viagem promovida pela
Direcção da Cidade de Lisboa do PCP

(Inf. e inscrições: cam. César Roussado, tel. 213307000, ou Centro de Trabalho Vitória)

JCP Peniche recorda a Fuga

Assinalando o aniversário da Fuga de Peniche, em Janeiro de 1960, a JCP promove no próximo sábado, dia 5, com início às 21h30, um debate no Centro de Trabalho de Peniche. Participam um membro da Direcção Nacional da JCP e o camarada Dias Lourenço.

Reunião geral de quadros do S.Intelectual do Porto

Na sequência do apelo do Comité Central, realiza-se na próxima segunda-feira, dia 7, às 21h30, no CT da Boavista, uma reunião geral de quadros do Sector, com o objectivo de discutir a intervenção do Partido no novo quadro político.

SOLIDARIEDADE

com as mulheres acusadas de práticas de aborto clandestino no julgamento da Maia

A Plataforma pelo Direito de Optar, que o PCP integra, lançou para subscrição pelos cidadãos uma Declaração de solidariedade para com as 17 mulheres acusadas de prática de aborto clandestino no processo em julgamento no Tribunal da Maia e de exigência da aprovação de uma lei que despenalize a interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas.

É o seguinte o texto dessa Declaração que se pode subscrever assinando o texto abaixo e enviando-o para o PCP, que depois procederá a entrega à Plataforma pelo Direito de Optar das assinaturas assim recolhidas:

É urgente aprovar uma lei que despenalize o aborto até às 12 semanas

1. Dezassete mulheres acusadas de prática de aborto estão envolvidas num processo que tem, como ponto de partida, a acusação, a outros réus, de organização de uma rede de prática de aborto clandestino. Estas acusações colocam de novo em grande evidência os desajustamentos da actual legislação em vigor e confirmam que, afinal, a permanência de criminalização das mulheres pela prática de aborto, até 3 anos de prisão, não era, nem é, meramente simbólica, nem tão pouco tão inofensiva como alguns sustentaram.

2. A actual penalização da prática do aborto é ineficaz enquanto instrumento de dissuasão para milhares de mulheres que, por razões que só a elas dizem respeito, tomam a decisão de o realizar.

É uma lei que atenta contra a dignidade de todas as mulheres que têm de recorrer à interrupção voluntária da sua gravidez, mesmo das que têm condições económicas de a realizar em Portugal, ou no estrangeiro, com melhores

garantias para a sua saúde.

São, contudo, as mulheres das camadas mais desfavorecidas social e economicamente que têm de percorrer os atalhos do comércio clandestino, que se desenvolve em condições sanitárias insuficientes, colocando-as numa situação de risco e até de morte. É fundamental recordar que o aborto clandestino é um problema de saúde pública, representando a 2.ª causa de morte materna e a 1.ª entre as mães adolescentes.

3. Portugal assinou a Plataforma de Acção, aprovada na Conferência de Pequim, sobre os direitos das Mulheres, promovida pelas Nações Unidas, onde se reafirmou que o aborto inseguro é um grave problema e que as mulheres devem ter acesso a serviços de saúde, devido às complicações daí resultantes, assim como devem ser revistas as Leis que contêm medidas punitivas contra as mulheres que praticam abortos ilegais.

- Porque a prática do aborto clandestino continua
- Porque as mulheres continuam a sofrer em segredo
- Porque a lei continua a ser hipócrita e a violentar os direitos das mulheres
- Porque a actual Lei condena efectivamente as mulheres por prática de aborto e fomenta as redes de aborto clandestino

EXIGIMOS QUE ESTA QUESTÃO VOLTE
À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E QUE
SEJA APROVADA
UMA LEI QUE DESPENALIZE A
INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA
GRAVIDEZ ATÉ ÀS 12 SEMANAS

NOME.....
PROFISSÃO.....



Este manifesto e outros textos de solidariedade foram já subscritos por numerosas personalidades da vida política, cultural e artística do nosso País, conforme o *Avante!* tem noticiado em edições anteriores, por numerosos deputados do Parlamento Europeu e também - por iniciativa de Ilda Figueiredo, como se refere na edição de 28 de Dezembro - por dezenas de outras personalidades dos cinco Continentes, designadamente por Pierre Bordieu, Noam Chomski, Dominique Voynet, Hanna Shygula e Julia Migenes.

A recolha de assinaturas prossegue, estando prevista a divulgação da lista integral de subscritores na segunda quinzena de Janeiro.

O Manifesto de Solidariedade também pode ser subscrito através da página do PCP na Internet - em www.pcp.pt.

Religiões

• Jorge Messias

O cardeal patriarca de Lisboa, os bispos portugueses e as figuras mais destacadas do clero têm habituado a opinião pública a acolher a ideia de que a igreja é pobre. Sobrevive com as ofertas dos crentes e com os dinheiros dos subsídios que o Estado português generosamente lhe paga e que frequentemente ultrapassam os termos da própria Concordata. Mas a igreja é pobre, continuam os bispos a alegar.

Os factos contrariam estas afirmações. Mesmo que se passe por cima das megalómanas obras de construção das catedrais que custam milhões, da reciclagem e ampliação do santuário de Fátima ou dos controversos protocolos firmados entre o Patriarcado e a Câmara Municipal de Lisboa que vieram permitir cedências de terrenos, a exploração directa e lucrativa de espaços comerciais (restaurantes panorâmicos, parques de estacionamento subterrâneos, áreas de diversões), etc., é impossível ignorarem-se os enormes investimentos que a Fundação Evangelização e Culturas (Conferência Episcopal Portuguesa + Institutos Religiosos/CNIR e FNIRF) está a realizar em Angola, a nível da radiodifusão. São montantes não divulgados que envolvem ONGS confessionais e financiamentos de empresas multinacionais. O projecto tem vasto alcance político. D. José Policarpo coordena toda esta vasta operação.

A igreja dirige em Angola uma rádio do tipo da «Renascença» – a Rádio Ecclesia – cujo plano cen-



A igreja portuguesa e Angola

tral parece ser, no actual momento, muito semelhante ao que teve êxito em Portugal quando, ilegalmente, a RR se transformou de simples rádio emissora numa cadeia emissora em rede. Numa primeira fase (até Maio de 2002) serão instaladas delegações provinciais da RE nas províncias angolanas de Benguela, Huambo, Malange, Lubango e Uíge. Estas estações retransmitirão em FM para as 11 províncias administrativas do país. A crer nas estimativas oficiais dos gestores do projecto, esta fase inicial exigirá investimentos da ordem dos 700 mil contos. Custos que representam, ao que tudo indica, uma gota de água nos investimentos totais necessários ao empreendimento.

Com efeito, já desde Março de 2001 que a Ecclesia emite durante 24 horas/dia para a região de Luanda. Num país com extremas dificuldades, esta ocupação de espaços implicou, como é evidente, elevados investimentos e a instalação de um sofisticado sistema automático de transmissões e de retransmissões, nomeadamente por satélite, integradas em grandes redes internacionais. Com aparente ingenuidade, D. José Policarpo declara que estes gastos foram cobertos pelas renúncias quaresmais dos católicos, no ano 2000, e por apoios internacionais não especificados. O suporte tecnológico terá sido recebido de um grupo de ONGS católicas europeias: a holandesa NIZA avaliou as potencialidades do projecto; as irlandesas TROCAIRE e CADOF digitalizaram as

emissões, formaram colaboradores e lançaram dois blocos diários em ondas curtas; funcionaram outros suportes – financeiros e tecnológicos – da MISERECOR (igreja católica alemã) e dos governos holandês e sueco.

Como se sabe, a República Popular de Angola é uma nação independente libertada, à força de inauditos sacrifícios, do jugo colonial. Sem tréguas de qualquer espécie mergulhou, logo após a libertação, numa falsa guerra civil conduzida e alimentada pelos interesses neocolonialistas. O episcopado angolano manteve, a este respeito, uma linha de conduta que a ninguém pode iludir: quando a UNITA fraqueja, propõe a reconciliação e a paz; mas quando há aparentes avanços militares de Savimbi, levanta a voz para reclamar para si própria um papel de mediação e para apresentar, como foi há meses o caso, planos de acção pastoral que são outras tantas ingerências nos assuntos do Estado angolano. Num país como Angola, sobretudo nos imensos territórios do seu interior, o papel principal da formação da opinião pública cabe à radiodifusão. É por ela que chegam à grande massa dos angolanos as notícias e os comentários do que se passa no resto do país. Fácil se torna entender que papel político assumirá uma rádio neocolonial que domine as emissoras nacionais. Tudo isto encoberto pelos fartos financiamentos garantidos pelas alas católicas portuguesas e estrangeiras mais reacçãoárias, ao abrigo da Concordata de 1940.

Pontos Cardeais



Corridas

A entrada em vigor da nova moeda do euro provocou uma corrida aos bancos, nomeadamente no próprio dia 1 de Janeiro, primeiro dia do ano e da nova circulação monetária. As caixas multibanco abasteceram os ávidos cidadãos com mais de três milhões de contos em euros, enquanto o Banco de Portugal – que abriu excepcionalmente as portas em Lisboa nesse dia feriado – se viu em palpos de aranha para atender uma percentagem mínima da imensa multidão que o procurou para trocar moeda. Em muitos casos (como se viu pelos depoimentos recolhidos pela televisão) a corrida verificou-se por deficiente informação dos cidadãos, que julgavam ser absolutamente obrigatório possuir a nova moeda para qualquer transacção, ignorando a dupla circulação que existirá até final de Fevereiro deste ano. De qualquer modo, certamente as coisas correrão bem, tirando alguns embaraços iniciais.

Entretanto, circula pelos jornais uma imensa unanimidade sobre as vantagens da nova moeda, nomeadamente por parte de uma pléiade de economistas que ocuparam cargos governamentais nos últimos 20 anos. Poderão ter todos imensa razão. Mas o que é certo é que em escudos ou euros... a crise está aí para ficar, com salários degradados e a precariedade e o desemprego a aumentarem. Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, já avisou que «se impõe» a contenção salarial e das despesas públicas. Como se vê, não vale a pena correr aos bancos, que tudo há-de ficar na mesma, para pior...

Balanços

O balanço da operação de controlo de trânsito montado pela GNR em todo o território nacional para o período de Ano Novo confirma, mais uma vez, que Portugal continua na triste vanguarda dos acidentes rodoviários: em comparação com

período homólogo do ano passado, subiram todas as percentagens das consequências de acidentes, quer se fale do número de mortos, de feridos graves ou ligeiros. Outro dado assente é que a maioria dos acidentes se deve a duas causas – o excesso de velocidade e o desrespeito pelas regras de trânsito, ocupando o álcool um lugar secundário neste triste ranking.

Com balanços destes, tão cruamente constantes, começa a ser simplesmente chocante a indiferença dos sucessivos governos para enfrentar esta autêntica guerra civil que continua a acelerar pelas nossas estradas. Medidas que, recorde-se mais uma vez, passam necessária e urgentemente pelo reforço adequado do controlo da condução (para o que é indispensável o devido apetrechamento técnico e humano das polícias) e legislação suficientemente dissuasória para os prevaricadores, a par da reformulação do ensino da condução, da melhoria das vias e sinalização e etc.

Médias

Cada português consome, em média, 11,3 litros de álcool puro por ano, o que nos coloca na triste posição de um dos países com maior consumo mundial. A história é antiga e subdesenvolvida e, para ela, foi lançado há quase três anos um Plano de Acção Contra o Alcoolismo. Passado todo este tempo o que, de concreto, se avançou neste Plano foi a proibição da publicidade de bebidas alcoólicas o que, sendo um passo em frente, é manifestamente insuficiente. Continuam a aguardar legislação ou promulgação governamental, como a limitação de venda junto a escolas, as marcas de mistura de sumos com álcool, a proibição nas áreas de serviço das auto-estradas ou a idade permitida para o consumo – para só falar de algumas medidas que foram previstas e não avançadas.

Mais uma vez, a «média» de resultados concretos do Governo PS é flagrantemente negativa...

Palavras Cruzadas

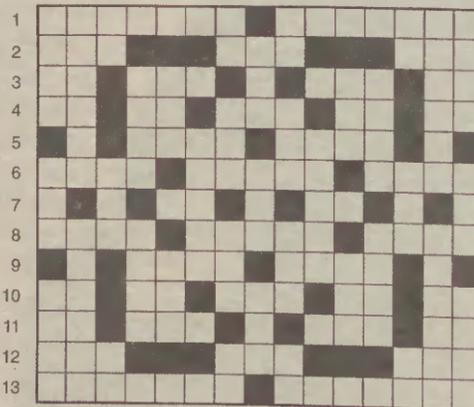
HORIZONTAIS: 1 – Açude; trepar. 2 – Profundo; ponto cardeal oposto ao Norte; rochedo (bras.). 3 – Cânhamo de Manila; faculdade de falar; bebida usada na Índia; atmosfera. 4 – Prefixo que exprime a ideia de privação, separação; comparecer; tomba; suf. de agente; cobalto (s.q.). 5 – Sacerdote budista tibetano; escárnio. 6 – Agasta-se sem dizer o motivo; o primeiro alvor da manhã (pl.); supremo. 7 – Partícula afirmativa do dialecto provençal; ósmio (s.q.). 8 – Condutor de palanquim, na Índia; campo plantado de amieiros; desarranjo mental (fig.). 9 – Asa; barco de recreio. 10 – Alumínio (s.q.); àqueles; remoinho de água (prov.); astatino (s.q.). 12 – Moeda de prata da antiga Índia inglesa; maior; abalada. 13 – Folhagem; desculpar.

VERTICAIS: 1 – Montão; fileira; estimar muito. 2 – Nascem; cabelo desgrenhado. 3 – Principal rio italiano; joeira; amercio (s.q.). 4 – Povoação de categoria inferior a cidade; verniz da China. 5 – Discursa; ninho. 6 – Cama de lona, onde dormem os marinheiros a bordo (pl.). 7 – Carta de jogar; óxido de cálcio; enfermidade; dois mil romanos. 8 – Bago da videira; dirige-se (fig.); enguia. 9 – Artigo antigo; cólera; lamentos; acusada. 10 – Separa. 11 – Mealheiro (prov.); análogo. 12 – Argolas; pano preparado para a pintura. 13 – Medida itinerária chinesa; larva que se cria nas feridas dos animais; caminhais. 14 – Acometem; apoquentada (fig.). 15 – Invulgar; reza; cingir com nó.

soluções: 1 – Rima; ala; amar. 2 – Emanam; melena. 3 – Pó; uta; am. 4 – Vila; laca. 5 – Oraj; nio. 6 – Macas. 7 – As; cal; mal; MM. 8 – Uva; vai; itó. 9 – El; itac; ais; ré. 10 – Isola. 11 – Cós; tal. 12 – Aros; tela. 13 – Li; ura; is. 14 – Atacam; ralada. 15 – Raro; ora; alar.

soluções: 1 – Repra; escalar. 2 – Imo; Sul; ita. 3 – Ma; voz; acu; ar. 4 – An; it; cat; or; co. 5 – Lama; rso. 6 – Amua; alvas; sumo. 7 – Oc; os. 8 – Amal; amial; tara. 9 – Ansa; late. 10 – Al; Cl; It; al; ita. 11 – Me; sos; ola; al. 12 – And; mor; ida. 13 – Ramagem; escusar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



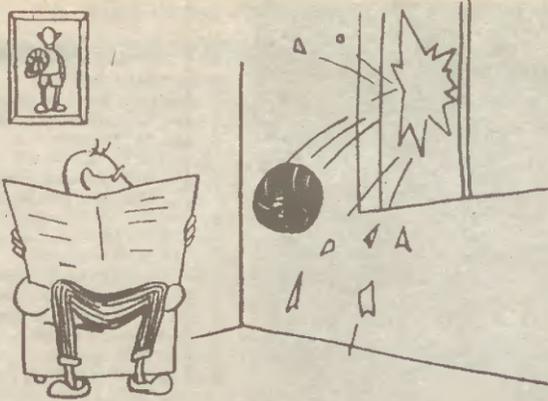
SOLUÇÃO:

Comunicação

• Francisco Silva

No outro dia tivemos a dita de poder assistir à 600.ª edição do programa «Acontece» de Carlos Pinto Coelho (CPC), um dos programas mais interessantes que jamais terá pisado os palcos da televisão. Uma merecida comemoração, com pompa e circunstância.

Uma edição recheada de nomes sonantes, por isso o sendo através dos *media*, em particular da televisão. Uma



O não conhecer e a lamúria

selecção feita com base em nomes da Cultura, no sentido tradicional do termo. Também uma selecção incluindo João Pinto, quiçá o mais mediático futebolista cá do burgo – o futebol uma actividade normalmente excluída do âmbito da Cultura. E, ainda, uma selecção participada pela subdirectora Geral do IVA, pelo impacto deste imposto sobre os preços dos produtos culturais e, portanto, sobre a sua difusão junto das massas.

Dos representantes da Cultura, alguns da sociedade civil organizada, como os presidentes da Sociedade Portuguesa de Autores e da Associação Portuguesa de Escritores; outros representantes dos poderes políticos, como os ministros da Educação e da Cultura e o deputado ao PE, o poeta Vasco Graça Moura, desde Bruxelas; outro, ex-ministro da Educação; outro ainda, ex-Presidente da República; ainda o «dono» da casa, isto é, o Presidente da CML; outros responsáveis do dito «quarto poder» – audiovisual e escrito. Além disso, escritores, compositores, etc., etc. – que me perdoem os não mencionados, mas pertenciam quase todos ao sector politicamente correcto.

E, depois de um arranque que, diga-se, prometia muito, caiu tudo na lamúria «intelectual» do costume.

Arranque que prometia porque se arriscou, e bem, ao tema da convivência do Futebol com a Cultura. Uma ideia, digamos, genial. Agrupados para esse tema uma jornalista desportiva da televisão (não me lembro do nome), João Pinto (o Futebolista), o compositor de fados, jornalista, professor de Educação Física (equipa de futebol dos «cinco violinos»), Sr. Atletismo, etc, Mário Moniz Pereira, e ainda Eduardo Prado Coelho (EPC), o mediático da Cultura. A certa altura, CPC lança a pergunta: se o peso da transmissão de futebol na televisão incomodava?

Só Moniz Pereira – que diz sempre o que muito bem pensa e segue e vê o futebol com interesse – disse que o incomodava o peso que o futebol adquiriu na televisão, exemplificando com o caso da estação que, num mesmo dia, conseguiu ocupar nove horas só com futebol! Assim – tal a *overdose*, dizemos nós –, até acabava por ser contraproducente para o próprio futebol, acrescentou Moniz Pereira, com a lucidez e energia próprias dos seus 4x20 anos de idade.

Contraditou EPC – na sua vez de intervir, é claro – que a extensa programação do futebol na televisão não o inco-

modava, antes estava lá para servir – e aqui entrou pela via psicoanalítica – as necessidades afectivas e emocionais do povo português e, ainda que, recorrendo ao escritor Carlos Oliveira (que já não pode ripostar), no após o 25 de Abril se tinha cometido o erro de cortar com o futebol da televisão...

Enfim, não era a isto a que Moniz Pereira, a quem não foi dada a possibilidade de basear a sua afirmação, por que logo se acabou uma conversa que prometia acerada clarificação... Mas sairia da métrica projectada. O seu a seu dono, o futebol quase apenas aos



desportivos comentadores de bancada, tão na moda, os quais, assim, podem progredir em termos mediáticos.

Não explorou o filão que se lhe deparava. CPC lá teve as suas razões. E acabou por cair o programa – concedo, não exactamente a do costume. Porque, afinal, já não são os livros, a literatura e a literacia da escrita (desculpem lá a cacofonia) os desgraçados; agora são a música, os seus instrumentos e mais os discos, e, ainda, a falta de ensino do audiovisual e a consequente iliteracia para a interpretação da catadupa das imagens de televisão e do cinema – ensinam as crianças e os jovens, mas que adultos o podem fazer? As crianças e os jovens são muito mais «literatos» das imagens, com cinismo quanto baste, que os seus pais.

De resto, foram as novas tecnologias e a Internet, não seria correcto esquecê-las. Que sim, a sua importância, mas sempre aquele agrupamento a passar ao lado, a dar a entender, de clara forma, que o novo mundo lhes está a escapar – estou a lembrar-me que Mário Soares, numa entrevista a Artur Portela Filho, afirmou ter Bill Gates inventado a Internet! Mas a escapar da realidade, inelutavelmente. Estarei eu também a ver-me um pouco ao espelho? A aguentar-se, a fazer parte do mundo novo, se calhar quase só Moniz Pereira e o seu segredo!

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Actual

I
Não me apetece dizer nada.
Literalmente nada.
Nem ir pela esplanada
a increpar o mar.

Se um fulano, de repente
e em público escreve «increpar»
(o que se explica somente
por grande mal estar)
vejam só onde chega a inapetência
a indiferência!
(É «indiferença», eu cá sei escrever,
que proteste, a gramática, se quiser!)

Era só o que faltava, quando
m'estou para o discurso marimbando.

II
Camaradas, também
apelei para além
do tempo medonho.

Também dei alma ao sonho
quando para lá dos sonhos ideais
nada ainda havia mais.
Também inventei o dia
com o material
(admito pobre e mal)
da poesia.
Camaradas, também fui neo-realista.
Também dei ao futuro muita alpista.

III
Por um sonho sem medida
vi tantos camaradas dar a vida.
E tudo certo.
Até o impossível estava perto.

IV
Fala talvez
assim
o pequeno burguês
que há em mim.
Tu, pobre e trabalhador,
votaste contra ti?
Agora aguenta lá.
Deixas levar-te
pela arte
de quem te explora?
De quem é a culpa? Minha? Ora
tu não me lixes, pá.

(Ah, não se pode ver
a raiva, a dor
o amor
com que estou a escrever!)

V
Fácil! Antigamente
algo havia
por que valia
a pena morrer.
O jogo tinha regras.
Um passo em falso
e limpavam-te o sebo.

Aceitávamos as regras do jogo
a honra, o medo, enxofre, gelo, fogo.

Hoje, concordo, já não será assim
para o pequeno burguês de mim.
Não peço algo por que morrer
nem me convinha.
Quero só alguma coisinha
para fazer
não os arroubos pios, vãos.

É só o que me pedem as mãos.

Cartoon

• Monginho

ENTÃO... MAS...
A GORA SÃO DUAS?

E! UMA OFERECEU-ME
O PS, A OUTRA O PSD!



ATVer



Num registo de farsa assumida, **Tim Burton** glosa e goza neste **Marte Ataca** com o género de ficção científica



Eddie inscreve-se nas típicas comédias americanas que giram à volta do desporto. Com **Whoopi Goldberg**

Divina Criatura

(Sexta-feira, 4.01.02, RTP-2)

Divina Criatura é uma história de sedução, paixão e vingança protagonizada por um solitário e desequilibrado duque, que se deixa seduzir por uma bela mulher e, ao descobrir ser uma prostituta, monta uma cruel vingança de que ele próprio será vítima. Um filme de **Giuseppe Patroni Griffi** onde se reflecte a Itália dos anos 20, entre a desagregação da aristocracia e a ascensão do fascismo. Com **Laura Antonelli, Terence Stamp, Michele Placido e Marcelo Mastroianni**.

Com Jeito Vai... de Bacamarte à Solta

(Sábado, 5.01.02, RTP-1)

O panorama cinematográfico de princípio de ano nas televisões portuguesas é pouco animador, como se vê por (mais) este episódio da velha série britânica de humor «Com Jeito Vai...», feito há quase 30 anos. Desta vez o alvo da paródia é o herói das histórias de «capa e espada» **Dick Turpin**, figura de saltador das terras de Sua Majestade britânica aqui glossado com o humor de «mão pesada» do costume, nesta série.

Marte Ataca

(Sábado, 5.01.02, RTP-1)

Num registo de farsa assumida, **Tim Burton** glosa e goza neste **Marte Ataca** com a longa parafrenália cinematográfica norte-americana do chamado género de ficção científica, misturando o *kitch* dos filmes antigos (sobretudo nos adereços) com a realidade actual e dando irónicas largas ao registo dramático dominante destas produções *made in EUA* – ou seja, a «ameaça à América» vinda do exterior, aqui provocatoriamente mitigada pelas hesitações do poder em enfrentar com a dureza do costume o «inimigo» (numa alusão aos filmes mais recentes do género, impregnados por algum humanismo nas relações com «o outro»). O filme acaba à «moda antiga», com um ajuste de dontas total, pois claro. Impressionante, entretanto, a quantidade de nomes sonantes no elenco desta paródia: **Jack Nicholson, Glen Close, Pierce Brosnan, Michael J. Fox, Danny De Vito**, e por aí fora!

Eddie

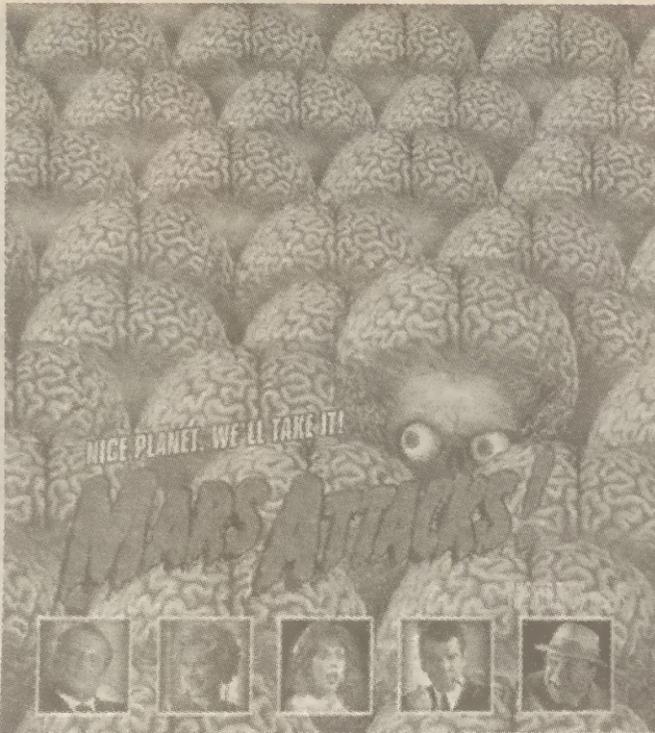
(Sábado, 5.01.02, RTP-1)

Eddie inscreve-se nas típicas comédias americanas que giram à volta do desporto, neste caso o basquete. A história gira à volta de uma adepta furiosa (**Whoopi Goldberg**) que é contratada para treinadora dos «Knicks» de Nova Iorque, dando origem a uma série de trapalhadas, a uma visão recuperadora do grande alfofre de negócios e negociatas que é o desporto norte-americano e, é claro, a exibição «ao vivo» de uma série de vedetas da NBA.

Kazaam

(Domingo, 6.01.02, RTP-1)

Mais uma comédia dita juvenil *made in Hollywood*, agora às voltas com um rapaz que encontra um génio mágico que lhe satisfaz três desejos,



numa aparente oportunidade para o jovem resolver uma série de problemas. É claro que as coisas dão para o torto mas, no final, tudo há-de bater certo, como convém nestes filmes para entreter.

Hotel do Amor

(Domingo, 6.01.02, RTP-1)

Hotel do Amor é uma comédia australiana, escrita e realizada por **Craig Rseberg**, que explora os absurdos estabelecimentos hoteleiros para casais apaixonados ou em lua-de-mel. No caso, dois irmãos gémeos lançam-se na disputa da mesma mulher na barafunda de um ambiente *kitsch*, onde a extravagância da decoração anda a par com o mau gosto. Mais uma vez, a ver vamos...

Mundo de Tentações

(Segunda-feira, 7.01.02, RTP-1)

Um drama moderno sobre a vertiginosa decadência pessoal, profissional e psicológica de uma advogada idealista de Nova Iorque que se deixa dominar pela droga. Uma visão amarga do grande flagelo da droga.

O Homem da Cabeça Cortada

(Terça-feira, 8.01.02, RTP-1)

A história de Frankenstein está de volta, neste filme de *gangsters* com origem em Espanha (numa produção Espanha/França) onde, em atmosfera fantástica, um ladrão de jóias leva um tiro, fica em coma num hospital e recebe o cérebro de um criminoso demencial, transformando-se ele próprio num monstro sanguinário. O tema está mais que visto, a produção é de 1973 e palpita-nos que nada de novo nos traz. A conferir.

Sem Álibi

(Quinta-feira, 9.01.02, RTP-1)

Um homem de negócios torna-se no obsessivo alvo de um implacável criminoso, que o toma pelo homem que lhe roubou dinheiro. Trata-se de uma produção canadiana de 1999 realizada por **Bruce Pittman**, onde se mistura o crime, o suspense e um plano de sedução para cumprir uma vingança aparentemente inexplicável. Vamos a ver em que pára tudo isto... Com **Dean Cain, Eric Roberts e Lexa Doig** nos principais papéis.

Sexta, 4

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vidas de Sal
15.50 A Senhora das Águas
16.55 Emoções Fortes
18.10 Pedra sobre Pedra
19.30 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.15 Lá em Casa Tudo Bem
21.45 O Crime (série port.)
23.45 Serviço de Urgência
00.45 24 Horas
01.05 Imagens
01.40 «Estado de Terror» (de John Irvin, Can./1991, com Donald Sutherland, Anne Archer. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Retratos:
«Leitão de Barros»
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 2010
20.00 Quem Sai ao Seus
20.30 3ª Calliou a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece

Sábado, 5

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «Eddie» (de Steve Rash, EUA/1996, com Whoopi Goldberg, com Adam Sandler, Kathy Bates. *Ver Destaque*)
17.00 «Marte Ataca» (de Tim Burton, EUA/1996, com Jack Nicholson, Annette Bening, Pierce Brosnan, Michael J. Fox. *Ver Destaque*)
20.00 Telejornal
20.55 Futebol:
Beira Mar-Sporting
23.00 Sábado à Noite
00.30 Teatro
«A Birra do Morto»
02.15 24 Horas
02.45 «Com Jeito Vai... De Bacamarte à Solta» (de Gerald Thomas, G.Bret./1974, com Sidney James, Barbara Windsor. *Ver Destaque*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes, da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Verdaderamente Insólito
20.30 Por Outro Lado
21.30 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
«Leonardo Da Vinci»
23.30 Britcom
00.30 Artes de Palco
«Jekyll and Hyde»
03.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walter, o Ranger do Texas
16.00 «George's Island» (de Paul Donovan, EUA/1989. *Aventuras*)
18.00 «Joey, o Canguru» (de Ian Barry, EUA/1997, com Jamie Croft, Alex McKenna. *Aventuras. Juvenil*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso
22.30 Fora de Série (com Carlos Cruz)
23.00 Rex, o Cão Polícia
24.00 «Areias Escaldantes» (de Roger Donaldson, EUA/1992, com Willem Dafoe, Mary Elizabeth Mastrantonio. *Thriller*)
02.15 «Paixão e Loucura» (de Stephen Gyllenhaal, com Jeremy Irons, Sinéad Cusack, Ethan Hawke. *Drama*)
04.00 Paris-Dakar

▼ TVI

09.00 «Uma Dupla de Insucesso» (EUA/1995, com Jim Carrey. *Comédia*)
10.15 Survivor



Divina Criatura é uma história de sedução, paixão e vingança, com **Laura Antonelli e Marcelo Mastroianni**

23.00 História da Música Popular (4)
24.00 «Divina Criatura» (de Giuseppe Patroni Griffi, It./1976, com Laura Antonelli, Terence Stamp, Marcello Mastroianni. *Ver Destaque*)

▼ SIC

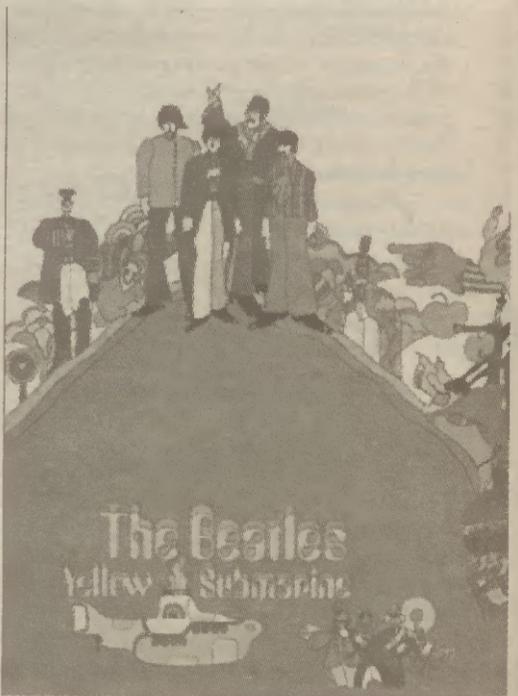
08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso
21.30 O Clone
23.30 Sexo na Cidade
00.15 Latin Lover
01.15 No Fim do Mundo
02.15 «Modelos em Perigo» (Longa-metragem. *Erótico*)
04.15 Rali Paris-Dakar

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
13.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Bora Lá, Marina
22.00 Anjo Selvagem
23.30 Filha do Mar
23.30 Nunca Digas Adeus
00.30 «Desaparecido em Combate» (de Lance Hool, EUA/1985, com Chuck Norris. *Ação*)
03.30 O Rei do Bairro



Jovens actores destacam-se nas novas séries portuguesas, em estreia esta semana



No 4º episódio da «História da Música Popular» (sexta-feira, RTP2) assiste-se ao triunfo da música pop

13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.30 «Cinderela» (Can.-Lux./2000. *Drama*)
17.15 Ao Selvagem
19.00 Futebol:
Leiria-Guimarães
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
23.00 «A Raiz do Medo» (de Gregory Hoblit, EUA/1995, com Richard Gere, Laura Dern. *Drama*)
00.45 «Bermudas, Triângulo Maldito» (de Lewis Teage, EUA, com Polly Shannon, Dan Cortese, Luke Perry. *Aventura*)
03.00 As Feiticeiras

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.30 Danza Café
16.30 «Scooby» (de Hiroshi Aoyama e outros, EUA/1998. *Animação*)
18.00 «Kazaam» (de Paul M. Glaser, EUA/1996, com Shaquille O' Neal, Francis Capra. *Ver Destaque*)
19.30 Contra-Informação
20.00 Telejornal
21.15 Domingo Desportivo
22.15 Herman Enciclopédia
00.15 24 Horas
00.30 «Hotel do Amor» (de Craig Rosenberg, Austr./1996, com Simon Bossel, Pippa Grandison, Saffron Burrows. *Ver Destaque*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Platão e Atlântida
12.30 Clube da Europa
13.00 Horizonte
14.00 Desporto 2
18.00 Instintos Primários
19.00 Onda Curta
19.30 Artes e Letras
«João Penalva, Personagem e Intérprete»
20.30 Serviço Público
21.30 Jornal 2
22.30 Programa não designado
23.45 Sinais do Tempo
00.45 2010

▼ SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Delirante» (Longa-metragem)
16.00 «Anjos da Guarda» (de Jean-Marie Poiré, Fr./1995, com Gérard Depardieu, Christian Clavier, Eva Grintaldi. *Comédia*)
18.15 «O Encantador de Cavalos» (de Robert Redford, EUA/1998, com Robert Redford, Kristin Scott Thomas, Sam Neill. *Drama*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 A Minha Família É uma Animação
22.30 Herman SIC
00.15 «Para Iris com Amor» (de Martin Ritt, EUA/1990, com Jane Fonda, Robert De Niro. *Drama*)
04.45 Paris-Dakar

▼ TVI

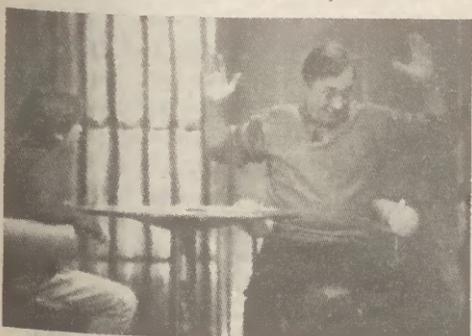
08.30 Chiquititas
09.10 «Homenzinhos» (de Rodney Gibbons, EUA/1997, com Michael Caloz, Bem Cook. *Drama*)
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Lux
14.45 «Olha Quem Fala

Agora» (EUA/1993, com John Travolta e Kristie Alley. *Comédia*)
17.00 «Cocktail» (de Robert Donaldson, EU/1998, com Tom Cruise, Bryan Brown, Elizabeth Shue. *Comédia*)
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 «Cópia Mortal» (EUA/1995, com Sigourney Weaver e Holly Hunter. *Thriller*)
01.00 «A Dupla» (Longa-metragem)
03.00 Os Médicos

Segunda, 7

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vidas de Sal
15.50 A Senhora das Águas
16.55 Emoções Fortes



Carlos Cruz regressa à SIC rodeado de miúdos espertos (sábado à noite)

18.00 Pedra sobre Pedra
19.30 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.00 Lá em Casa Tudo Bem
21.30 Um Estranho em Casa
22.30 Sorte Grande
23.30 «Mississippi Selvagem» (Longa-Metragem)
01.30 24 Horas
01.45 Bull
02.45 «Mundo de Tentações» (de Gavon O'Connor, EUA/1995, com Dana Ashbrook, Angela Shelton. Ver Destaque)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 O Lugar da História (Rep.)
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul (Rep.)
19.30 Islândia, Deserto de Lava
20.00 Quem Sai no Seus
20.30 3º Calhau a Conta do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Get Real
24.00 «E a Vida Continua» (Longa-metragem)
02.00 Duas Vozes

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Last World
00.30 «Primeira Página» (EUA, com Michael Keaton, Glenn Close, Marisa Tomei. Comédia Dramática)
03.00 Paris-Dakar

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Bora Lá, Marina
22.00 Anjo Selvagem
22.15 Filha do Mar
23.15 Nunca Digas Adeus
24.00 Ficheiros Secretos
02.00 «O Último Combatente» (Longa-metragem)
04.00 Desafio Total

Terça, 8

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vidas de Sal
15.50 A Senhora das Águas
16.55 Emoções Fortes

18.10 Pedra sobre Pedra
19.30 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.00 Lá em Casa Tudo Bem
22.00 Um Estranho em Casa
23.00 «Strip-tease» (de Andrew Bergman, EUA/1995, com Demi Moore, Burt Reynolds, Armand Assante Kline. «Thriller»)
00.45 Histórias da Noite
01.45 «O Homem da Cabeça Cortada» (de Jean Fortuny, Esp.-Fr./1973, com Jacinto Molina, Silvia Solar. Ver Destaque)

▼ RTP2

07.00 Euronews
10.00 Espaço Infantil
13.00 2010 (Rep.)



Leitão de Barros na série de «Retratos» que a RTP2 apresenta à sexta-feira

14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta (Rep.)
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 3º Calhau a Conta do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
24.00 «O Viajante» (Longa-metragem)
02.00 Duas Vozes

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.00 Espaço Informação
00.30 Toda a Verdade
01.45 Jerry Springer
03.15 Noites Longas: «A Espera de Godot»

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «O Negociador» (Longa-metragem)
02.30 A Juíza
03.30 O Rei do Bairro
04.25 As Feiticeiras

Quarta, 9

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vidas de Sal
15.50 A Senhora das Águas
16.55 Emoções Fortes
18.10 Pedra sobre Pedra
19.30 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.15 Lá em Casa Tudo Bem
21.45 Um Estranho em Casa
22.45 Sociedade Anónima
23.45 «Testemunha em Zona de Guerra» (Longa-metragem)
01.45 24 Horas
02.00 Andrómeda
02.45 «Sem Alibi» (de Bruce Pittman, Can./1999, com Dean Cain, Eric Roberts. Ver Destaque)

▼ RTP2

07.00 Euronews
10.00 Espaço Infantil
13.00 2010 (Rep.)
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta (Rep.)
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 3º Calhau a Conta do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Na Terra da Abundância
24.00 «Onde É a Casa do Amigo?» (Longa-metragem)

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Last World
00.30 «Desenterrar o Passado» (Longa-Metragem)
03.15 Noites Longas

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Chiquititas
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.45 «Hora de Ponta» (EUA/1998. Acção)
01.45 Causa Justa
03.35 O Rei do Bairro
04.15 As Feiticeiras

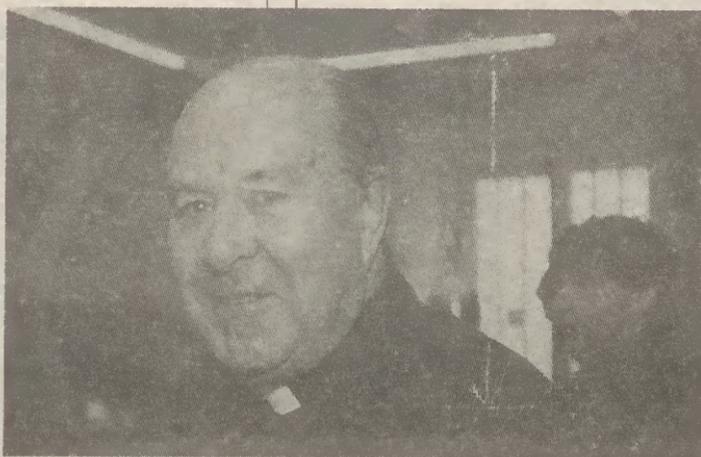
Quinta, 10

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vidas de Sal
15.50 A Senhora das Águas
16.55 Emoções Fortes
18.10 Pedra sobre Pedra
19.30 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.15 Lá em Casa Tudo Bem
21.50 Um Estranho em Casa
22.50 Grande Informação
23.30 Longa-metragem
01.30 24 Horas
01.45 Serviço de Urgência
02.45 «O Homem do Amanhã» (de Doug Campbell, EUA/2000, com Corbin Bernsen, Beth Kennedy. Fantástico)

▼ RTP2

07.00 Euronews
10.00 Espaço Infantil
13.00 2010 (Rep.)
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta (Rep.)
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 3º Calhau a Conta do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Roswell
24.00 «O Sabor da Cereja» (de Abbas Kiarostami,



Irão/1997, com Homayou Ershadi. Drama)

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Espaço Informação
00.30 «Atirar a Matar» (Longa-metragem)
03.00 Noites Longas
«Endgame»

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Chiquititas
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «Um Dia de Raiva» (Longa-metragem)
02.00 Ally McBeal

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

«Planeta Azul» (domingo, RTP1) continua a pugnar pela defesa do nosso património



TVisto

Correia da Fonseca

D. Manuel bispo cristão

É sabido: este é um mundo em que um sujeito que comece a exprimir ideias que tenham a ver com justiça social, indignação perante as infâmias, solidariedade que não se confunda com caridadezinha de matrona desocupada, ganha logo fama de comunista ou afim. Mesmo que seja, por exemplo, bispo da Igreja Católica. Mesmo que se chame Manuel Martins, homem do Norte durante anos, e difíceis anos, responsável pela diocese de Setúbal. Mas o fenómeno não é só português, e

amigo (uma destacada personalidade política portuguesa, como disse depois de uma leve hesitação) facultou-lhe um artigo que achou muito interessante. E aí estava escrito, decerto por mão cristã a julgar pela fórmula usada, que talvez Ben Laden tenha sido um instrumento usado por Deus para que enfim entendêssemos o tipo de sociedade que foi estabelecida no mundo. Estas não foram as palavras textuais usadas pelo bispo, para meu mal não me ocorresse gravar o programa, mas foi rigorosamente o seu sentido. Escusado será lembrar o que se diria de mim, ou mesmo de um outro que não fosse um pobre-diabo como eu, se nos atrevêssemos ao impensável risco de dizermos uma coisa destas.

O futuro e os cânticos

Este momento da entrevista de D. Manuel Martins foi, digamos, o seu mais espectacular «clou», embora tenha eu a firme convicção de que espectáculo foi coisa não procurada por ele. Porém, outros momentos houve de muito interesse e, mais que isso, de importância enorme no momento histórico actual. Por exemplo: quando o bispo sublinhou que o Homem é o caminho da Igreja e que esta se desencaminha quando mostra exclusivas preocupações com a transcendência. Outro exemplo: quando se referiu com indignação indisfarçada às condições em que laboram os trabalhadores imigrantes, à sobreexploração de operários «que nem sabem quem é o seu patrão». Ouve-se D. Manuel Martins, sabe-se entretanto que o seu pensamento e a sua voz não são únicos no seio da Igreja embora sejam os mais conhecidos, e claramente se percebe que o itinerário do cristianismo católico no nosso País, em direcção ao futuro, passa por gente desta, não pelos que parecem querer retomar muito antigas mas não muito cristãs tradições de amigável cumplicidade entre o clero e poderes mais atentos às cotações da Bolsa que aos direitos dos seus irmãos em Cristo. Já no declinar da entrevista, falava-se do voluntariado a que, de resto, foi consagrado o ano de 2001. O bispo disse então esta coisa preciosa: que o voluntariado era um dos fenómenos, implicitamente poucos, que permitem aos cristãos «cantarem as madrugadas de um Mundo Novo». Então, eu percebi que, para lá das frequentes ironias trocistas de alguns sujeitos pré-primários, não são apenas os comunistas a apostarem nos «lendemains qui chantent», nos amanhãs que cantam. E senti-me grato a D. Manuel pela partilha.

quem tenha alguma memória e não seja de todo ignorante destas coisas continuará a recordar com admiração a figura de D. Hélder da Câmara, arcebispo brasileiro a quem também chamaram «vermelho» por não ter sido capaz de sepultar o amor pelos outros sob as habituais toneladas de hipocrisia e sofismas que as conveniências recomendam. É, de algum modo, o caso de D. Manuel Martins, que foi bispo de Setúbal e agora vive na sua região de origem, retirado do múnus episcopal mas não da sua condição de cidadão cristão profundamente interessado no destino dos homens. Por isso, quando no passado domingo passei pelo «70x7», programa que merece a nossa atenção muito mais vezes do que pode supor quem nele nunca ponha os olhos, detive-me ao ver que D. Manuel estava a ser entrevistado. Cedo me pareceu que o entrevistador não estava à altura do convidado, mas como eu não tinha parado por causa dele não me importei. Ainda assim, senti-me lindamente quando, perante uma tentativa de interrupção, D. Manuel Martins não a permitiu e, pelo contrário, lançando um sereno mas imperativo «ouça!», continuou com o que queria dizer. Além do mais, neste tempo em que os entrevistadores cultivam intensamente a interrupção quer para cortarem uma resposta que não lhes está a convir quer para se darem de ares, só lamento que não haja muitos entrevistados que procedam como o ex-bispo de Setúbal. Prosseguiu, pois, D. Manuel. E, de súbito, senti-me estarrecer. É que, contou ele, há dias um

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O caos

Em 15 dias, a Argentina vai a caminho dos seis Presidentes da República e o país continua mergulhado no caos, com manifestações permanentes nas ruas e pilhagens em lojas e estabelecimentos de comércio, enquanto o FMI já decidiu que nem mais um dólar será disponibilizado para a degradada economia das pampas sul-americanas. Importa, em primeiro lugar, tomar nota de um facto objectivo: acochado pelo desemprego – que ultrapassa os 20% da população activa –, a miséria galopante e a fome concreta, o povo argentino rebelou-se irremediavelmente, levando para a rua uma revolta activa que a repressão policial não consegue controlar. Não é um facto novo na História da humanidade – longe disso –, mas serve para lembrar aos mais distraídos que o excesso de abuso pelas classes dominantes acaba sempre por gerar revoltas incontrolláveis. O maior perigo, neste grave momento que vive a nação argentina, é a tentação dos poderosos locais por uma saída ditatorial através de um golpe militar, afogando em sangue e sofrimento a já mais que sofrida revolta popular. Aparentemente, os tempos não vão de feição para um terrorismo de Estado instalado às claras, agora que tanto se luta e propagandeia contra o chamado terrorismo global, mas de boas aparências com resultados desastrosos está a trajetória capitalista cheia.

Ninguém sabe como vai evoluir a situação, sendo apenas claro que o país atingiu uma situação económica e social insuportável. Está igualmente à vista o desastre que é a política ultraliberal, no caso argentino seguida com aplicação desde os governos de Carlos Menem e que originou, entre outras coisas, uma sangria de biliões de dólares colocados no estrangeiro pelos detentores económicos locais e o aprisionamento da economia argentina aos interesses dos EUA e aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), autêntico agente da política norte-americana com o exterior. E o papel do FMI nesta crise é a segunda nota a reter, de momento.

Quando o mundo era bipolar, o papel do FMI no sistema capitalista estava devidamente denunciado e eram regulares e permanentes as críticas e acusações à sua actuação vampiresca na vida dos povos e países sujeitos aos seus ditames.

Os empréstimos que a instituição fazia aos Estados que deles necessitavam tinham uma lógica linear: encargos sufocantes de pagamento da dívida, abertura à delapidação dos recursos pelos potentados estrangeiros e estrangulamento socio-económico local através da aplicação de políticas ultraliberaes exigidas pelo FMI. Nos anos seguintes ao 25 de Abril, Portugal teve oportunidade de conhecer na primeira pessoa este tipo de «ajuda», pela mão dos governos chefiados por Mário Soares e do «bloco central»...

Com a queda da URSS, o desaparecimento do campo socialista e a reinstalação vitoriosa do capitalismo na generalidade do planeta, o FMI deixou de ser criticado, sequer referido. Todavia, continuou bem vivo e actuante até hoje, aplicando as mesmas receitas, defendendo os mesmos interesses e impondo as mesmas exigências, com a diferença de o fazer totalmente à vontade, livre de protestos ou denúncias e concretizando, também ele, a tão festejada «globalização» dos interesses económicos do capitalismo.

Foi neste quadro que a Argentina – um dos países economicamente mais desenvolvidos da América Latina – mergulhou em 10 anos no abismo, mercê do acatamento sem escrúpulos dos ditames do FMI e cujos resultados estão bem à vista: estrangulamento da produção nacional, vampirização dos recursos sobretudo pelos EUA, sangria para o exterior de verbas colossais, mais de 50% da população mergulhada na miséria.

A isto, respondeu já o FMI com a recusa de mais empréstimos ao país que tem sugado à tripa forra. A isto, a corrupta classe política argentina que tem gerido o país vai respondendo com atabalhoadas nomeações presidenciais, enquanto prossegue o saque. Com isto, o caos avança, inexorável, no rasto da insensibilidade e crescente injustiça da gestão capitalista do mundo.

CGTP prepara arranque de campanha Pela efectivação dos direitos

A CGTP-IN ultima a preparação da campanha dirigida para a divulgação dos direitos dos trabalhadores. Com arranque marcado para os dias 18 e 19, data em que se realizará um Encontro de Quadros, esta é a resposta dos sindicatos à ofensiva do patronato e do Governo.

Dar a conhecer amplamente os direitos laborais colectivos e individuais, constitui um dos objectivos centrais desta campanha, dirigida em primeiro lugar aos trabalhadores nos locais de trabalho mas também aos quadros sindicais e à sociedade de um modo geral.

A CGTP-IN vai intensificar a acção para a efectivação dos direitos dos trabalhadores

A desenvolver durante todo o ano de 2002, por via da «informação, da formação e da acção no terreno», a campanha inscreve igualmente nos seus objectivos a detecção, identificação e quantificação das violações aos direitos dos trabalhadores.

Não menos importante, por outro lado, será a denúncia de todas as violações detectadas, propósito que a CGTP-IN assume desde já como uma tarefa inadiável em paralelo com uma acção firme com vista à efectivação dos direitos.

Em apoio destas acções a desenvolver por todo o País está prevista a elaboração de diversos materiais de informação e divulgação, a renovar trimestralmente, para serem distribuídos aos trabalhadores e às empresas.

Para além do referido Encontro de Quadros nos próximos dias 18 e 19, que marcará oficialmente o início da campanha sobre a efecti-

vação dos direitos laborais, e onde será feito o balanço do ano da formação sindical, a CGTP-IN tem já agendados dois «Encontros de Juristas, Colaboradores de Contenciosos e Dirigentes Sindicais», um, para o dia 5 de Maio, em Lisboa, o outro, para o dia 15 de Junho, no Porto.

Prevista está ainda a realização, numa fase mais avançada da campanha, de uma «Conferência Sindical» sobre o estado da efectivação dos direitos laborais no nosso País, o funcionamento da Justiça nesta área, e, por último, a adopção de medidas para que o Estado de Direito se concretize no mundo do trabalho.



Os trabalhadores não abrandarão as lutas em defesa dos seus direitos

Trabalhadores da Rodoviária sem subsídio de Natal

Os cerca de 400 trabalhadores da Rodoviária da Beira Litoral (RBL) ainda não receberam o subsídio de Natal. A denúncia do atraso no pagamento foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro (STTRUC) e por duas outras organizações sindicais.

Em comunicado, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios de

Portugal e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Coimbra e Leiria, afirmam que «os salários continuam a ser pagos a prestações» e que o subsídio de Natal, no dia 26, ainda estava por pagar.

Os sindicatos acusam a administração da Rodoviária da Beira Litoral de «desrespeitar os elementares direitos dos seus trabalhadores», lembrando que o subsídio de

Natal deveria ser pago até 15 de Dezembro. Esta falta implicou, segundo a nota, que «os trabalhadores e as suas famílias não tivessem direito e possibilidades de qualquer confraternização» na quadra natalícia.

Os sindicatos afirmam que a difícil situação laboral da RBL é do conhecimento do Governo e que a Inspecção do Trabalho «tem-se limitado a deixar andar o barco».

Greve nos Correios

Os carteiros cumpriram segunda-feira mais um dia de greve. A paralisação, convocada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), visou pressionar os CTT no sentido de ser instaurado o horário contínuo de sete horas e 48 minutos, com meia hora de pausa.

Com excepção dos de Lisboa e Porto, que já têm horário contínuo (embora exista o risco de

o virem a perder), os carteiros trabalham actualmente com uma jornada igual mas distribuída por dois períodos. O primeiro período é de quatro horas, depois há um intervalo de uma hora ou uma hora e meia, e a seguir têm mais quatro horas de trabalho. O que os impede muitas vezes de fazer o intervalo por necessidade de serviço, acabando por trabalhar mais horas do que o horário, sem pagamento extraordinário.

Recorde-se que os carteiros, excepto os de Lisboa e do Porto, cumpriram entre 26 de Novembro e 7 de Dezembro uma greve de duas semanas ao segundo período de trabalho, depois de duas semanas de greve às horas extraordinárias em defesa da instituição do horário de trabalho contínuo. Nos dias 20 e 21 de Dezembro foram os carteiros de Lisboa e do Porto a paralisar.

Abre hoje, em Évora Casa Sindical

Vai chamar-se Casa Sindical. Situa-se em Évora e a inauguração está marcada para hoje, sexta-feira, às 17,00 horas. Não passarão a funcionar os serviços administrativos e de atendimento ao público da União dos Sindicatos de Évora e de mais sete organizações sindicais. O novo espaço, até agora afecto à Escola Humão Jesus Curça, da CGTP-IN, é bastante mais amplo e funcional do que as actuais instalações onde se encontra a União sindical de Évora, oferecendo por isso uma invejável melhoria das condições de trabalho e da qualidade do serviço prestado a todos os associados e aos trabalhadores em geral.

A passagem para as novas instalações resulta de um protocolo, a celebrar amanhã, entre a União dos Sindicatos do Distrito de Évora e seis sindicatos, a saber: dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul; das Indústrias Eléctricas do Sul e Alentejo; dos Trabalhadores da Hotelaria e Turismo, Restauração e Similares do Sul; da Alimentação do Sul e Tabacos dos Transportes Rodoviários.

Mais sindicatos poderão no futuro vir a transferir as suas instalações para a Casa Sindical, segundo informação prestada ao «Avante!».



02003